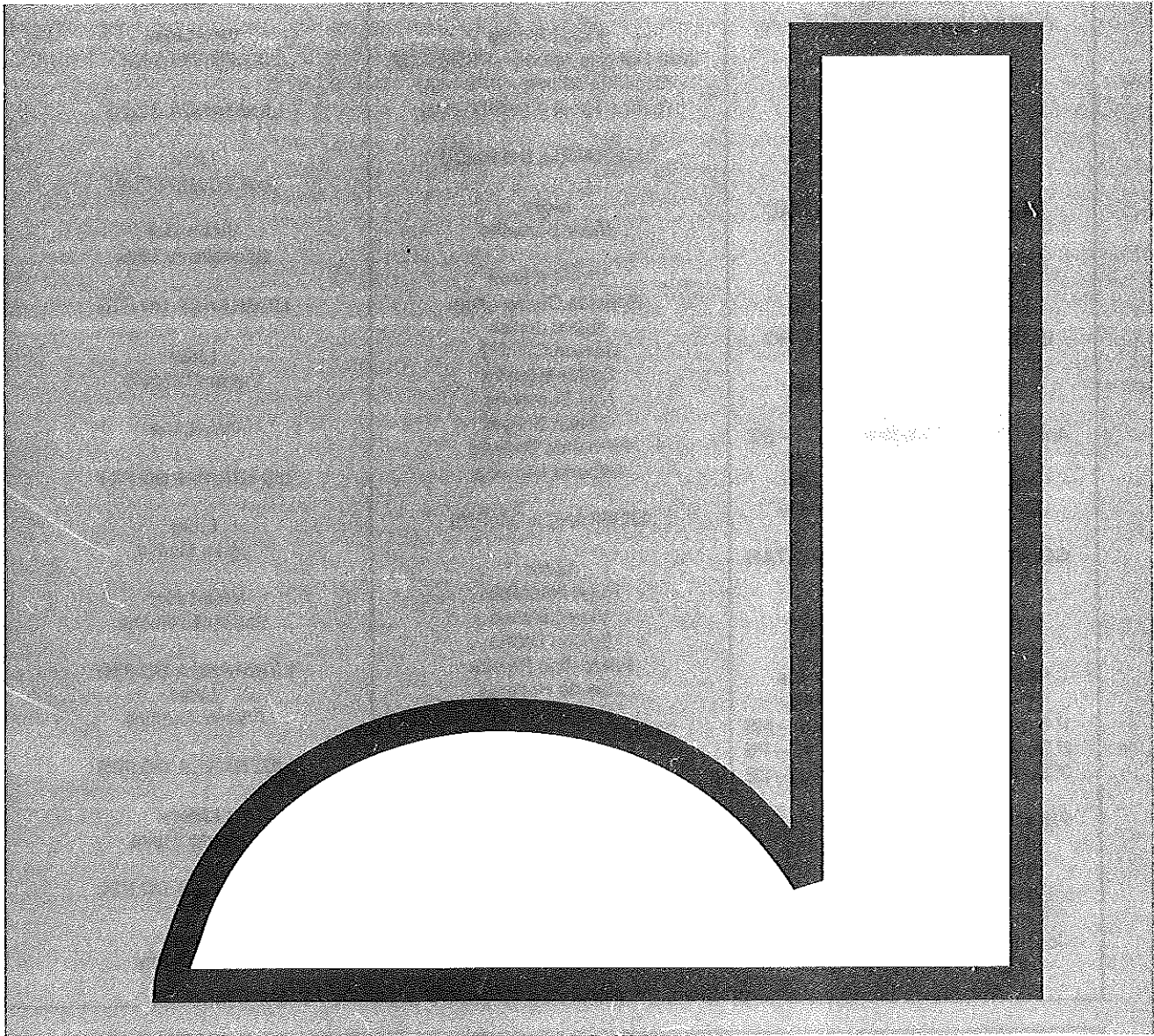




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - Nº 165

QUINTA-FEIRA, 05 DE SETEMBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emília Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Vilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francellino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líder Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
---	--	--

<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>EXPEDIENTE</p> <p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
---	--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 134ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE SETEMBRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Importância da reflexão pelo Congresso Nacional dos projetos de educação superior no Brasil, tendo como base o documento "Proposta da ANDES – Sindicato Nacional para a universidade brasileira".

15471

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Registro da visita ao Congresso Nacional dos artistas plásticos Mestre Nonato e Antonio Veronese. Proibição da exposição do quadro do artista Antonio Veronese, em homenagem ao MST, no espaço da Prefeitura Municipal de São Paulo, por ocasião da Bienal do Livro, recentemente realizada naquela cidade. Estranheza de S. Exª com as alegações do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Cochabamba, a respeito do Movimento dos Sem-Terra. Ocupação, por parte das tropas do Iraque, da região dos curdos e a consequente reação dos EUA.

15473

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Realização, entre os dias 24 de agosto e 1º de setembro, da Expointer-96, onde foi promovido um intenso debate em torno de alternativas para a agricultura e para a pecuária gaúcha e brasileira. Visita do Ministro Arlindo Porto ao evento, oportunidade em que S. Exª anunciou a abertura de linha de crédito para o financiamento da compra e manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas. Pronunciamento do Presidente da Farsul, Hugo Paz, durante a abertura oficial da Expointer-96.

15478

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Questões relativas ao suprimento de energia elétrica na Região Amazônica. Relevante papel desempenhado pela Eletronorte. Prejuízo estatal no processo de privatização do complexo elétrico da Amazônia. Apresentando à Mesa requerimento de convocação do Ministro Antonio Kandir, para prestar esclarecimentos ao Plenário do Senado a respeito da privatização de ativos da Eletronorte.

15483

SENADOR EDISON LOBÃO – Vantagens oferecidas pelo Estado do Maranhão para investimentos privados. Importância do sistema portuário da capital maranhense. Atuação dinâmica da

administração da Governadora Roseana Sarney e suas ações para a ampliação das oportunidades de emprego.

15488

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Reinício das obras de duplicação da BR-101, no trecho Prazeres/Cabo, fundamental para o desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco. Congratulações às autoridades que viabilizaram este empreendimento. Solenidade ocorrida em Pernambuco, com a presença do Vice-Presidente Marco Maciel e do Dr. Everardo Maciel, por ocasião da prorrogação do alfandegamento do Porto de Suape e anúncio do lançamento dos editais para a construção do porto seco da região metropolitana do Recife. Histórico elaborado pelo Dr. Antônio Luiz de Melo, sobre a BR-101.

15490

1.2.2 – Ofício

Nº 428, de 1996, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.463-4/96.

15503

1.2.3 – Requerimento

Nº 888, de 1996, de autoria do Senador Ademir Andrade, solicitando a convocação do Ministro do Planejamento, para prestar esclarecimentos ao Plenário do Senado a respeito da privatização de ativos da Eletronorte.

15503

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 1.517, em 30 de agosto de 1996 e publicada no dia 2 de setembro do mesmo ano, que concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

15503

Arquivamento definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1996– Complementar, de autoria do Senador Lauro Campos, que altera a redação dada à alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, em virtude de não haver sido interposto recurso regimental em contrário.

15504

Recebimento da Mensagem nº 217, de 1996 (nº 825/96, na origem), de 3 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de trezentos milhões

de dólares norte-americanos, entre o BID e o BNDES, destinada ao financiamento parcial do Programa de Crédito Global Multisetorial. 15504

1.25 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ODACIR SOARES – Divulgação do Relatório de pesquisa da Confederação Nacional da Agricultura – CNA, sobre os projetos de assentamento do Incra no País. 15504

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.075 e 1.076, de 1996 15513

3 – MESA DIRETORA

4 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

5 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PAR-

TIDOS

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 134ª Sessão Não Deliberativa em 4 de setembro de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eduardo Suplicy, Valmir Campelo e Ademir Andrade

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Declara aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à lista dos oradores.

Concedo a palavra ao Senador Coutinho Jorge, por cessão do Senador Waldeck Ornelas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, por 20 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, neste momento em que se acirra o embate de projetos para a educação superior no Brasil, no qual se contrapõem concepções superficialmente identificadas como de tendência neoliberal, considero fundamental que o Congresso Nacional promova uma reflexão aprofundada a respeito do tema, para que não se corra o risco de aprovar um modelo acabado de universidade, a ser implementado tecnocraticamente por lei, mas que não constitua a força viva capaz de gerar transformações concretas e condizentes com o desenvolvimento nacional e com os interesses majoritários da população brasileira.

Dessa forma, parece-me necessário conhecer e analisar as propostas do movimento docente para a universidade brasileira, tendo em vista tratar-se de um segmento estratégico para o processo, sem a participação do qual não se viabilizará qualquer projeto de mudança no ensino superior. Assim, não deixo protelar essa inevitável discussão e pretendo adiantar algumas considerações que reputo capazes de subsidiar a tomada de decisão que nos caberá encetar em breve.

O documento que servirá de base às nossas reflexões - "Proposta da ANDES - Sindicato Nacional para a universidade brasileira" - é fruto de um longo processo de discussões que os professores do ensino superior realizaram, em todo o País, desde 1981, por meio de simpósios, reuniões, congressos e assembléias. Estamos tratando, pois, de uma

proposta representativa, cujas considerações não podem ser relegadas ao esquecimento, se o nosso objetivo é favorecer a transformação da universidade brasileira em uma Instituição capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e humana.

As posições dos docentes serão analisadas em termos comparativos com as Propostas de Emendas Constitucionais apresentadas pelo Governo, que receberam os nºs 173/95 e 233/95. As referidas PECs abordam, respectivamente, a Reforma Administrativa e a Autonomia das Universidades Públicas e o Financiamento da Educação, alterando o inciso V do art. 206 e o art. 207 da Constituição Federal. Naturalmente, a análise não será exaustiva, abordando, tão-somente, os pontos em que as divergências são mais notórias e exigem, portanto, um maior aprofundamento.

Atuando pela lógica do mercado, o Governo apregoa que as reformas necessárias ligam-se às grandes questões da qualidade e eficiência do sistema, englobando, entre outros, temas como a autonomia universitária, a avaliação e o credenciamento periódico, a tecnologia nacional, a interação com o Governo para formulação de políticas gerais e os critérios para a escolha de dirigentes. O Governo advoga que há necessidade de uma reforma que libere as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, de suas "amarras", e elege o Orçamento Global como instrumento dessa autonomia. Advoga, ainda, o "estímulo" à captação de recursos adicionais junto a outras esferas do poder e à iniciativa privada. Por último, as universidades federais teriam poder para decidir "autonomamente" sobre sua política de pessoal, inclusive contratações, remunerações e demissões.

A posição da Andes é de que o rompimento da isonomia salarial e da carreira única implica um processo de diferenciação entre as várias IFES, que acabará por transformar algumas nos chamados "Centros de Excelência", enquanto outras passarão ao papel de simples reprodutoras do conhecimento. Considera, ainda, que qualquer proposta para a uni-

versidade brasileira que seja centrada apenas na reforma gerencial não pode ser identificada como um projeto de reestruturação da universidade. Para a Andes, é imprescindível repensar a Universidade mediante um processo amplo, que defina modificações nas suas estruturas de organização e poder, no desempenho de suas funções básicas, de seu papel social e de sua interação com o conjunto da sociedade.

As iniciativas governamentais, inspiradas no ideário de Controle de Qualidade Total, concebido para a gestão empresarial, enfatizam a concorrência, a rentabilidade e a excelência individual, pressupondo a exclusão dos menos "aptos", e admitem a convivência de instituições de melhor qualidade, os chamados "Centros de Excelência", com os "colégios" de 3º grau. O modelo proposto pela Andes repousa no estabelecimento de um "Padrão Unitário de Qualidade para a Universidade Brasileira", que pretende a elevação geral do padrão de qualidade das universidades, de maneira, inclusive, a contribuir para a superação das diferenças regionais de desenvolvimento econômico e social, sem pretender, segundo o documento, eliminar as "diferenciações mais do que naturais e positivas entre as diversas universidades, ditadas por especificidades locais ou regionais, por opções político-acadêmicas diferenciadas ou por razões históricas". A proposta de um padrão unitário deve ser entendida como um conjunto articulado e mínimo de condições de trabalho, o que implica, necessariamente, a definição de políticas que respeitem as especificidades de cada setor.

O Plano Diretor para a Reforma do Estado, a PEC nº 173/95 sobre Reforma Administrativa, e a PEC nº 233/95, referente à autonomia universitária e financiamento da educação, propõem a forma jurídica de "Organização Social Pública e não Estatal" para as universidades do setor público, abrindo-as à captação de recursos na iniciativa privada, visando a reduzir os investimentos no ensino superior. Essa categoria está sendo proposta para contemplar as instituições que desempenham as chamadas "atividades competitivas". Para essas, é preconizada a administração empresarial, na qual o investimento público se fará mediante uma contrapartida mensurável (quantitativa), promovendo-se a utilização das atividades. Aplica-se, portanto, a concepção da eficiência gerencial pela competitividade máxima. O mecanismo proposto para viabilizar essa concepção é o chamado Contrato de Gestão.

A Andes, por sua vez, defende a opção por "Autarquia de Regime Especial", como estrutura jurí-

dica para a universidade brasileira, em que se garante o ensino público e gratuito e a responsabilidade do Estado (União, Estados e Municípios) pelo custeio total, por meio de dotação orçamentária global.

A Constituição Federal de 1988 consagrou a existência de autonomia universitária, ao estabelecer em seu art. 207: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". O conceito de autonomia contido nas várias propostas geradas no seio do Governo, no essencial, fundamenta-se na lógica de mercado, na qualidade e eficiência do sistema, na avaliação quantitativa enquanto condição para a concessão de Dotação Orçamentária Global ou Orçamento Global (com controle finalístico), reforçando a política dos "Centros de Excelência" e do empresariamento do ensino público superior. Em síntese, é a autonomia sob forma de orçamento global com controle finalístico por meio da avaliação quantitativa. Por fim, a proposta governamental condiciona a aplicação da autonomia ao estabelecer, na PEC nº 233, a necessidade de sua regulamentação por lei ordinária.

A Andes considera que, ao propor a exigência de lei para a regulamentação da autonomia universitária, o Executivo estaria restringindo um princípio constitucional a respeito do qual havia o entendimento de que era auto-aplicável.

A posição governamental advoga que as universidades federais tenham poder para decidir "automaticamente" sobre sua política de pessoal, inclusive efetuando contratações e definindo remunerações e demissões.

Em contrapartida, a carreira única para todos os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) e a isonomia salarial são aspirações históricas do movimento docente, que considera injusto e arbitrário diferenciar salarialmente o mesmo trabalho.

O Governo, por intermédio da Lei nº 9.131/95, que cria o exame de final de curso para os alunos graduados nas IES, estabeleceu parâmetros para a avaliação das instituições de ensino superior, trabalhando com índices quantitativos que têm por objetivo estabelecer **rankings** que permitam fundamentar critérios para a alocação de recursos.

Argumenta a Andes que a avaliação não deve se dar em abstrato. Ela só pode ser realizada em relação a algo. No caso, em relação a um modelo tomado como padrão de referência. O processo avaliativo deve ser instrumento que conduza à institucio-

nalização do padrão de desempenho compatível com o padrão de instituição almejado. Assim, a avaliação da universidade seria mecanismo de implantação ou fortalecimento de um dado projeto de instituição ou de política educacional. Para o movimento docente, avaliar não é punir ou premiar, mas conhecer os problemas e encontrar formas de superá-los, tendo por objetivo o aperfeiçoamento das instituições com vistas ao padrão único de qualidade.

Como se vê, é possível demarcar as diferenças fundamentais entre a concepção do Governo e a da Andes: enquanto as propostas governamentais se caracterizam pela lógica empresarial, visando à rentabilidade imediata do investimento em educação (relação custo-benefício) e salientando a quantificação, a Andes defende uma concepção que tem como foco o estabelecimento de um padrão unitário de qualidade para o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias.

No entanto, Sr. Presidentes, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é suficiente que identifiquemos as diferenças existentes entre as concepções correntes para a universidade brasileira. No limiar de um novo século, é preciso admitir que a instituição universitária, no Brasil, possui, ainda, elevado grau de inércia, associado a um arraigado apego a formas extremamente burocratizadas de administração.

A partir da década de 60, o mundo despertou para a crise contemporânea da universidade e diversos países iniciaram processos de diferenciação institucional, como parte de sua resposta às novas demandas. No Brasil, as pioneiras tentativas de reforma universitária simbolizadas pela criação da Universidade de Brasília e a reforma curricular da Universidade Federal de Minas Gerais foram violentamente cerceadas pela repressão "do nosso maio de 1968". Disso resultou uma "reforma universitária" imposta. Apesar de seus percalços, foi possível viabilizar o salto qualitativo em diversas instituições universitárias, sobretudo na medida em que se implantou a pesquisa científica com o regime de tempo integral.

A democratização da sociedade brasileira impede que se repita um episódio de tal natureza. Nesse sentido, o Congresso Nacional deverá exercer plenamente sua função mediadora dos interesses da sociedade, identificando as variadas demandas possíveis de serem feitas às instituições de ensino superior. Há, inegavelmente, demandas por novos arranjos institucionais que permitam lidar, de maneira mais adequada, com a variedade de situações do mundo contemporâneo.

Finalizo, portanto, este pronunciamento, solicitando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que abandonem idéias preconcebidas e ideologismos arcaicos, para que possamos analisar as propostas de organização da universidade brasileira sem a ingenuidade de imaginar que estamos optando por um modelo institucional em detrimento de outro. Na verdade, e não podemos ignorá-la, por mais pesada que nos pareça a tarefa -, estamos definindo o perfil de sociedade e o modelo de desenvolvimento do País.

Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Senador Valmir Campelo, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de falar de dois artistas plásticos que se encontram, hoje, no Congresso Nacional.

Um deles é Mestre Nonato, artista que nasceu em Crato, no Ceará, e que está expondo seus trabalhos em Brasília. Na semana passada, esteve no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados e, nesta semana, expõe seus trabalhos no restaurante da Câmara. O seu trabalho é de extraordinária beleza e grande sensibilidade social, feito com a aplicação direta de suas mãos sobre a tela, e mostra uma extraordinária percepção das coisas que se passam em nosso Brasil.

Aproveito a oportunidade para convidar as Sr^{as} e os Srs. Senadores a verem o seu trabalho.

Mestre Nonato, que reside na Bahia há muitos anos e ali tem o seu centro de atividades artísticas, encontra-se hoje, com sua esposa, D. Rosana, visitando a tribuna de honra do Senado.

Gostaria também de falar do artista plástico Antonio Veronese, nascido em Brotas, São Paulo, mas residindo hoje no Rio de Janeiro, que fez a doação à Câmara dos Deputados de uma tela muito bonita, na manhã de hoje, perante 200 representantes do Movimento dos Sem-Terra. Nela, Veronese expressa aquilo que se passa hoje com mulheres, ho-

mens e crianças e seus instrumentos de trabalho, como a pá, a foice e a enxada. É preciso ver a obra para perceber o sentido do movimento das mulheres, dos homens e das suas crianças, lutando em prol do direito de lavrarem a terra e do direito à sobrevivência.

Estavam presentes o Diretor da Câmara dos Deputados, Fernando Sabino, os Deputados Ivan Valente, Paulo Paim e o Senador José Eduardo Dutra, Líder do PT. Na ocasião, Antonio Veronese fez a doação do quadro e José Rainha falou em nome do Movimento dos Sem-Terra.

Recomendo a todos que visitem a obra, que ficará definitivamente junto à biblioteca da Câmara dos Deputados, num lugar denominado "O espaço do servidor".

A propósito, eu gostaria de registrar a estranheza de procedimento por parte do Prefeito Paulo Maluf. Antonio Veronese havia colocado essa obra na Bienal do Livro, recentemente realizada em São Paulo, que seria apresentada justamente com a colaboração da Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Secretário Municipal de Cultura, Sr. Rodolfo Konder. O Secretário tinha essa intenção e preocupação em relação a uma obra tão relevante e bonita, com todo o sentido de homenagear o Movimento dos Sem-Terra. Todavia, surgiu uma ordem superior vedando o espaço anteriormente destinado àquela obra tão bonita. E de quem partiu a ordem superior ao Secretário Municipal de Cultura? Só pode ser daquele que é superior ao Secretário Municipal de Cultura, o Prefeito Paulo Maluf. O artista, então, acabou tendo que colocar a sua obra num lugar mais modesto, cedido por uma editora, sendo que ela poderia estar no espaço da Prefeitura Municipal na Bienal do Livro. Mas foi justamente em razão de o Prefeito Paulo Maluf não querer homenagear o Movimento dos Sem-Terra, através da obra de um extraordinário artista plástico - que, inclusive, tem feito outros trabalhos relativos à campanha Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e à questão dos meninos de rua - que o Congresso Nacional, no caso, a Câmara dos Deputados, acabou ganhando essa tela. Vê-se, com isso, que o Prefeito Paulo Maluf não está com a sensibilidade voltada para essa questão.

Duzentos trabalhadores sem terra estiveram presentes ao evento; vieram apreciar, homenagear e trocar idéias com o artista Antonio Veronese. Espero, também, que essa obra venha a colaborar no sentido de tornar mais sensível o Presidente Fernando Henrique Cardoso na realização da reforma agrária.

Eu gostaria de expressar a minha estranheza ao que foi dito, em Cochabamba, pelo Presidente da República, com relação ao Movimento dos Sem-Terra. Cochabamba é a terra da Rosana, esposa do Mestre Nonato. Aproveitando a reunião dos Presidentes de Países da América Latina e Caribe, o Presidente disse que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra está atrapalhando a reforma agrária no Brasil. Segundo o jornal **Folha de S.Paulo**, o Presidente afirmou que:

"Neste momento está havendo uma exacerbação desnecessária, política, por parte de alguns setores do movimento dos trabalhadores sem terra. Eles pensam que assim levam mais depressa a reforma agrária, mas está chegando a um ponto que começa a atrapalhar".

"Eu acho que não é produtivo", completou, num intervalo do encontro de cúpula do Grupo do Rio, que reúne presidentes de países da América Latina e Caribe.

FHC disse que a reforma agrária não será interrompida. "É um programa meu de campanha, e vamos levar adiante dentro do ritmo que o País permite".

O País permite? Ora, quem é que está dificultando a reforma agrária? Serão os trabalhadores sem terra, ou será a pressão dos grandes proprietários de terra que, até hoje, dificultaram a realização da reforma agrária? O próprio Francisco Graziano, homem da confiança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que conseguiu por pouco tempo dinamizar a ação do Incra, quando assumiu a presidência desse órgão público, disse que "a mais importante obra não realizada, parada, da história dos governos do Brasil é justamente a reforma agrária". Ele estava se referindo, inclusive, ao trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito que se reuniu no Senado Federal e fez uma avaliação sobre todas as obras paralisadas no Brasil.

O diagnóstico de Francisco Graziano foi de que a maior obra inacabada do Brasil era a reforma agrária, parecendo ter a disposição de fazê-la em outro ritmo. Porém, o Presidente fala agora que há "um ritmo que o País permite".

Ora, sabe muito bem Sua Excelência que se for para ficar na vontade dos grandes proprietários de terra, daqueles que possuem enormes propriedades no Brasil, muitas das quais não produtivas, a reforma agrária não será implementada.

Portanto, é preciso que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tenha maior sensibilidade.

Disse, ainda, a **Folha de S.Paulo**: "O compromisso do Governo é assentar 280 mil famílias até o final do mandato de FHC, em 1998."

Essa me parece uma meta modesta. Lula tinha como ponto do seu programa assentar 400 mil, o que era um pouco mais. Mas, mesmo para chegar às 280 mil, para valer, parece-nos que o ritmo está indo um pouco devagar.

Continua o Presidente:

"O Governo tem feito o possível e o impossível para dialogar". Mas FHC classificou de inaceitável "do ponto de vista da legalidade" a ocupação de terras.

"O fato de ocuparem uma terra já é uma violência. Geralmente, eles alegam que essa terra não é produtiva, o que não é aceitável."

Ou seja, o Presidente Fernando Henrique Cardoso ainda não mostrou compreensão. Por isso, eu disse hoje, perante os 200 representantes do MST e do artista plástico Antonio Veronese, que esperava que aquela obra - gostaria que o Presidente a visse - pudesse contribuir para que Sua Excelência compreendesse a natureza do Movimento dos Sem-Terra, a natureza dessas ocupações simbólicas, que são feitas exatamente para demonstrar que parte da sociedade brasileira, uma parte ínfima, mas de grandes proprietários - 2% dos proprietários de terra detêm quase metade da terra no Brasil -, dificulta e não permite que se realize a reforma agrária.

Espero que a obra de Antonio Veronese contribua para que o Presidente supere essa sua limitação, porque, neste instante, eis que o Ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, e outros setores do Governo estão se recusando a receber o Movimento dos Sem-Terra, que está aqui há algumas semanas tentando dialogar com as autoridades federais.

Felizmente, hoje eles puderam ingressar no recinto do Congresso Nacional, visitaram ali a obra de Antonio Veronese; depois, José Rainha e os coordenadores do Movimento dos Sem-Terra fizeram uma visita ao meu gabinete, onde dialogamos a respeito desses assuntos. Aproveitei inclusive para dar um telefonema ao fazendeiro, proprietário de terra no Pontal do Paranapanema, no município de Sandovalina, Luiz Antônio Nabhan Garcia, que, justamente por ocasião da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Rosana, para a inauguração de obra hidrelétrica, junto com o Governador Mário Covas, há três semanas, foi recebido por Sua Excelência. Ele tinha tido parte de sua propriedade ocupada pelo

Movimento dos Sem-Terra e foi transmitir ao Presidente a sua preocupação com essa ocupação.

Ele obteve a ação da Justiça para que se realizasse a desocupação, que se deu pacificamente. Um dos líderes da ocupação havia sido o Sr. José Rainha, e foi então que o Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia procurou-me, no sábado retrasado. Ele foi de Sandovalina, no Pontal do Paranapanema, a São Paulo, visitou-me em minha residência e pediu para ter um diálogo direto com o Sr. José Rainha e o Movimento dos Sem-Terra.

Procurei fazer com que houvesse esse diálogo. Houve um primeiro diálogo na manhã de ontem, diretamente, ao vivo, pela rádio CBN. Eu próprio coloquei os dois em contato, através da CBN, e hoje, por volta de meio-dia e meia, houve o diálogo direto, no meu gabinete, utilizando a sistemática do **speaker**, do microfone aberto. Houve uma conferência, inclusive com a presença e a participação de Antonio Veronese, de José Rainha, de uma comissão de 20 trabalhadores sem terra, do Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia e a minha própria, ocasião em que pedi a ele que esclarecesse as suas preocupações.

Ele disse que a sua propriedade tem menos de 500 hectares, que o seu avô foi para o Pontal do Paranapanema há 60 ou 70 anos, tinha uma propriedade maior, com pouco mais de 300 hectares, que hoje seria dividida entre os seus seis irmãos. Ele tem uma fazenda, a Fazenda São Manuel, com 150 e poucos hectares, e há uma outra parte, com 160 e poucos hectares, que é de seu pai e de seus irmãos. Ele disse que essa fazenda, primeiro, é produtiva, e que ele se assustou com a ocupação realizada, inclusive com a utilização de tratores por parte do Movimento dos Sem-Terra. O MST estava na Fazenda São Bento, que é uma área onde hoje a posse já está legitimada pelo Movimento, havendo lá uma cooperativa, que recebeu tratores, financiados com recursos do INCRA. Parte desses tratores foi usada para, ao longo de um dia, arar a terra da Fazenda São Manuel. Mas os tratores foram retirados, e ele estava temendo uma nova ocupação.

Para alguns jornalistas de **O Globo** ele fez uma declaração, divulgada por esse jornal na segunda-feira, segundo a qual, caso José Rainha e o Movimento dos Sem-Terra novamente ocupassem a sua fazenda, ele, então, iria resistir. E que já estaria preparando, com outros fazendeiros, uma milícia privada.

Ora, essa declaração obviamente preocupou todo o Movimento dos Sem-Terra. Que milícia será essa? Pedi ao Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, na

manhã de hoje, que explicasse exatamente o que aconteceu. E ele disse que houve uma distorção na maneira como, pelo menos segundo ele, **O Globo** registrou a sua preocupação. O que ele disse - vou repetir aqui aproximadamente - foi que, caso o Movimento dos Sem-Terra viesse a ocupar a sede da sua fazenda, a sua própria casa, ele resistiria com o seu próprio corpo, da mesma forma como aqueles estudantes chineses se postaram, na Praça Tian An Men, diante dos tanques.

Mas disse também que os proprietários da região, pelo menos em uma reunião, haviam dialogado sobre a hipótese de contratarem serviços de segurança privada, portanto, serviços de segurança armada privados, para defender as suas propriedades; e que já haviam, inclusive, dialogado com algumas dessas empresas de segurança privada. Isso, segundo ele, foi colocado hipoteticamente numa reunião, mas depois houve um recuo em relação a essa proposta; possivelmente, daí teria surgido essa conversa sobre milícia.

O que estou aqui registrando é a importância de o Governo realizar esse diálogo diretamente. Ou seja, o Ministro Raul Jungmann, ao simplesmente dizer que não recebe os membros do MST, porque ocuparam, simbolicamente, e mais uma vez, para chamar a atenção das autoridades, a sede do INCRA, aqui ou acolá, ou a sede do Ministério da Fazenda, em São Paulo, segunda-feira. Quando S. Ex^a diz que não conversa mais enquanto não houver o compromisso explícito, por parte dos sem-terra, de abandonarem a tática de ocupar edifícios públicos, está criado o impasse.

Em vez de tomar esse tipo de atitude, por que o Governo não agiliza os diálogos diretos entre os proprietários de terra, os órgãos responsáveis, o próprio INCRA e os Ministérios de Política Fundiária, da Fazenda, aquele que libera os recursos, e o do Planejamento, e assim por diante? Do contrário, vamos ter impasses crescentes, e, de repente, surgem tragédias como as ocorridas no Maranhão, que tanto preocuparam o Senador Edison Lobão, ou no Pará, em Eldorado dos Carajás, ou em Corumbiara, em Rondônia, ou onde for.

A forma de evitar o conflito direto é o diálogo. Hoje, aconteceu esse diálogo direto entre o Sr. José Rainha e o proprietário de terras Luiz Antônio Nabhan Garcia, que, inclusive, procurou dizer que está pronto para o diálogo com o Governo. E disse - aliás, uma jornalista da **Folha** e outra da **Veja** testemunharam - que o que falta ao Governo é vontade de fazer a reforma agrária.

O Sr. Edison Lobão - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com muita honra, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão - Eu gostaria de fazer a V. Ex^a três perguntas apenas. Primeira: V. Ex^a acha que o Governo não quer e não tem promovido o diálogo? Segunda: V. Ex^a acha que as invasões de terras e de repartições públicas ajudam a reforma agrária?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Acho que o Governo tem sido muito tímido no diálogo; dificulta, muitas vezes. É a primeira resposta. O diálogo vai acabar acontecendo. Aliás, transmito a V. Ex^a que, apesar da negativa do Ministro Raul Jungmann, há segmentos do Governo que apóiam o diálogo. Prova disso é que hoje o Sr. José Gregório, Secretário Executivo do Ministério da Justiça, na tentativa de superar esse impasse, está conversando diretamente com o Movimento dos Sem-Terra. Portanto, vê-se, dentro do próprio Governo, a tentativa do diálogo. Espero que esse impasse seja superado. Espero ainda que no Congresso Nacional possamos ser catalisadores de um diálogo. Essa é a primeira resposta.

Com respeito à pertinência das ocupações de áreas rurais e de edifícios públicos, pergunto: por que acontecem as ocupações? Prezado Senador Edison Lobão, não somos trabalhadores a quem, por gerações e gerações, têm sido negadas condições de sobrevivência digna. Mas V. Ex^a há de convir que isso acontece no que se refere aos trabalhadores rurais, aos bóias-frias no interior de São Paulo ou no Maranhão. Esses, às vezes, encontram tanta dificuldade em sobreviver que acabam migrando para o Pará, onde pretendem lavar a terra. Como sabe V. Ex^a, parte dos dezenove trabalhadores mortos em Eldorado dos Carajás eram maranhenses que, não podendo viver nesse Estado, foram para o Pará. V. Ex^a há de convir que tomar uma condução do Maranhão para o Pará, chegar, lutar pela possibilidade de lavar a terra, sobreviver, dar o que comer aos filhos, tudo isso é trabalho de herói. Muitas vezes, essas pessoas, percebendo a demora das autoridades governamentais para realizar essas ações, invadem.

V. Ex^a nos disse que, quando Governador, procurou agilizar ações para assentar trabalhadores. Pode-se perceber que é preciso que o Governo use outro termômetro. Pelo menos essa é a sensação; pelo menos foi o que ouvi do representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e do fazendeiro que dialogou com o Presidente Fernando Henrique, há três semanas, em Rosana.

Veja V. Ex^a: naquele dia, o Presidente recebeu esse fazendeiro, desesperado, que estava com sua área ocupada, mas não quis receber o Sr. José Rainha e os coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Esse fazendeiro falou ao telefone, do meu gabinete, com o José Rainha. O Presidente poderia ter promovido o diálogo naquele dia, mas perdeu a oportunidade. Estava ali o Luiz Antônio Nabhan Garcia, estava ali o Sr. José Rainha. Ainda assim, não houve a conversa, o entendimento.

Lembro-me perfeitamente, Senador Edison Lobão, de que, há cerca de um ano, o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse a toda a imprensa: "Eu até quero conhecer, conversar e receber o Sr. José Rainha, líder dos Sem-Terra no Pontal do Paranapanema". No entanto, teve oportunidade de fazer isso em Rosana e não fez. A imprensa perguntou: "Vossa Excelência vai receber o Sr. José Rainha"? A resposta do Presidente foi: "Nem sei quem é essa pessoa". Portanto, quando poderia ter colocado frente a frente o representante do Movimento dos Sem-Terra e o fazendeiro, não o fez. Esse fazendeiro, preocupado, foi à minha residência em São Paulo e pediu para colocá-lo em diálogo direto com trabalhadores. E foi o que fiz hoje de manhã. Penso, Senador Edison Lobão, que a vontade de dialogar pode existir, mas será necessário um empurrão. Tenho certeza de que V. Ex^a vai colaborar.

O Sr. Edison Lobão - Tudo o que disser respeito aos legítimos interesses dos trabalhadores rurais terá o meu apoio integral. E isso não é de hoje. Sei que V. Ex^a fala sinceramente a respeito dos trabalhadores rurais procurando defender a sua causa. Eu também. Mas penso que eventualmente poderemos, num momento ou noutro, trilhar caminhos diferentes. V. Ex^a não respondeu com muita convicção se acha que as invasões de terra e de repartições públicas ajudam o processo de reforma agrária. Percebo que V. Ex^a tem alguns constrangimentos quanto a isso, como eu também os tenho.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Cito um exemplo a V. Ex^a: hoje de manhã, estavam cerca de 200 trabalhadores na porta da Câmara dos Deputados. Esperaram 30 minutos. Primeiramente, tentaram entrar nesta Casa. Depois, dirigiram-se à Câmara, ao Anexo III. Eu, que lá estava, disse de pronto: "Por favor, entrem, porque os senhores são bem-vindos à Casa que é do povo". A Casa dos representantes do povo é a Casa onde qualquer trabalhador tem o direito de entrar. Eles, então, entraram felizmente. Inclusive eu disse a eles: "Vocês serão bem-vindos ao meu gabinete." Vinte deles foram ao meu gabinete, porque

preferiram não o ocupar inteiramente. Poderia o Governo perfeitamente dizer: "Entrem, vamos conversar, vocês são bem-vindos". O Governo demora tanto a dizer isso, que eles resolvem ocupar. É essa a diferença.

O Sr. Edison Lobão - Percebo que o Ministro Raul Jungmann tem sido muito criticado pelo PT ultimamente. S. Ex^a foi recebido com aplausos, com euforia, quando indicado Ministro de Política Fundiária. Deve-se entender que o Ministro, quando diz que não dialoga com invasores, seguramente não está falando sozinho; está transmitindo um recado do Presidente da República. Na pior das hipóteses, o Presidente da República está concordando com isso, na medida em que não desfez a afirmação. Portanto, essa é uma posição de Governo. Se alguém deseja criticar a implantação do processo de reforma agrária, deve fazê-lo em relação ao Presidente da República, e não em relação ao Ministro Raul Jungmann.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V. Ex^a não assistiu ao começo do meu pronunciamento.

O Sr. Edison Lobão - O que lamento muito.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Eu dizia que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o Senador Edison Lobão, com o Senador José Roberto Arruda e todos os demais, deveria ver a obra do artista plástico Antonio Veronese. Trata-se de uma homenagem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, uma obra que provavelmente tem a intenção de sensibilizar o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no sentido de que tenha uma compreensão maior desse problema.

O Sr. José Roberto Arruda - Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sei que o meu tempo está-se esgotando, mas ouço V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - O tempo de V. Ex^a esgotou-se completamente há 10 minutos. Peço a V. Ex^a que, logo após o aparte do ilustre Senador José Roberto Arruda, conclua o pronunciamento, já que temos outros oradores inscritos.

O Sr. José Roberto Arruda - Devido à exigüidade do tempo, apenas registro, nobre Senador Eduardo Supply, que, ao tomar posse no Ministério de Política Fundiária, no momento mais importante da redemocratização deste País, quando pela primeira vez ficávamos livres da figura do general de plantão na presidência, o então Senador Marcos Freire, com uma folha de serviços prestados à causa da democracia, com uma inegável vocação de incentivo aos movimentos sociais, cunhou, pouco an-

tes de sua morte, uma frase que ficou para a História: "Vou ser Ministro da Reforma Agrária e não quero ser o Ministro das invasões". No Brasil, as pessoas que pensam e que têm consciência patriótica desejam uma reforma agrária justa e rapidamente implantada. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem o passado que V. Ex^a conhece, tem procurado, nos limites das possibilidades do Governo, agir e avançar rumo a uma reforma agrária justa e pacífica. No entanto, caro Senador Suplicy, penso que o uso da causa da reforma agrária por razões políticas, que podem ter com ela ligações, mas que não se confundem, que geram a interrupção de estradas, como a Rodovia Presidente Dutra hoje, a invasão de órgãos públicos, o desrespeito a autoridades, isso, ao invés de contribuir com a reforma agrária, gera antagonismos à sua idéia; ao invés de contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, constrói pilares de uma sociedade em desordem. Sei que V. Ex^a, até por idealismo - corrente de pensamento à qual me filio - deseja, de fato, uma sociedade mais justa, deseja diminuir as desigualdades; e o caminho para se construir uma sociedade mais justa e menos desigual passa, necessariamente, pela reforma agrária. Mas nós, que a queremos, não podemos, em nenhum momento, incentivar, ainda que para efeitos não desejados por nós, qualquer tipo de desrespeito à autoridade constituída e aos poderes públicos. Penso que, mais do que nunca, os trabalhadores mais humildes deste País, aqueles que querem, com justiça, um solo para plantar e condições para criar suas famílias, não podem se esquecer de que a reforma agrária que todos nós desejamos é pacífica. Aí vale lembrar Marcos Freire: queremos uma reforma agrária, mas não podemos querer a invasão de terras, a invasão de estradas, a invasão de repartições públicas, porque não queremos a desordem. Não queremos conquistar uma sociedade mais justa através da desordem, ou da guerrilha urbana ou rural. A sociedade brasileira escolheu majoritariamente o caminho da democracia para as reformas que são necessárias. E mais do isso, Senador Eduardo Suplicy, ser progressista é apoiar a reforma agrária. Ser progressista é também apoiar a reforma do Estado, que tem que diminuir as suas dimensões e o seu custo. Ser progressista é desejar que o Estado brasileiro não seja mais dono de hotel ou de supermercado como é hoje. É preciso que o País entenda que o sentimento de ser progressista não pode estar ligado apenas a uma das reformas, a agrária, justa, mas que não sobrevive sem as outras: sem a reforma fiscal, sem a reforma

tributária, sem a reforma do papel do Estado na sociedade. Enfim, todas as outras reformas que aqui no Congresso Nacional estão sendo discutidas e para as quais todos nós temos que dedicar um pouco do nosso esforço e da nossa compreensão dos problemas brasileiros. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Prezados Senador José Roberto Arruda, os conflitos violentos como os que hoje, infelizmente, entristecem a humanidade, que estão ocorrendo no Oriente Médio: primeiro, a ocupação, por parte das tropas do Iraque, da região dos curdos; e, depois, o ataque com armas poderosíssimas que o governo americano determinou como reação a essa ocupação, as mortes causadas e a destruição, tudo isso resulta de quê? De que alguma coisa não estava bem antes dessas ações armadas. É importante que haja um esforço de todos os povos para que possa haver uma solução civilizada, sem o conflito armado.

Da mesma maneira, no Brasil, de que adianta haver ordem se ela está fundada em tanta injustiça? É preciso que a ordem sirva para que haja transformação na direção da justiça o mais rápido possível.

Concluindo, prezado Senador José Roberto Arruda, se o Presidente da República, em vez de estar usando tanta energia para fazer aprovar a proposta de emenda constitucional visando ao seu direito de reeleição, tivesse dedicando tamanha ou igual energia para realizar a reforma agrária, resolvendo todos esses conflitos, essas questões fundamentais, inclusive determinando à sua equipe de Governo e à sua Bancada para não ficarem adiando a votação, de propostas tão importantes quanto o projeto de garantia de renda mínima - do qual V. Ex^a é um dos defensores e batalhadores -, teríamos menor necessidade de ocupações e de ações que parecem a quebra de ordem estabelecida. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra à nobre Senadora Emília Fernandes. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, trago aqui, hoje, o registro da realização da Expointer-96, uma feira importante que ocorreu entre os dias 24 de agosto e 1º de setembro, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

A feira contou com a presença do Ministro da Agricultura, Arlindo Porto, dos Ministros Paulo Renato Souza, da Educação, e Alcides Saldanha, Ministro Interino dos Transportes, além do Sr. Governador

Antonio Britto, do Secretário da Agricultura, Sr. Cezar Schirmer, e demais autoridades estaduais, tanto do Executivo quanto do Legislativo; e também de representantes de países do Mercosul e até mesmo de outros países da Europa, Ásia e África, além de inúmeros visitantes oriundos de todo o nosso País.

Com forte presença nos debates em torno de alternativas para a produção primária brasileira, ainda marcaram presença as representações das entidades de ponta do setor como a Farsul, a Federarroz, a Fecotriga/Fearroz, Uvibra, Fetag, CNA, Sociedade Rural Brasileira, entre outras.

Neste ano, cabe também ressaltar a importância da cobertura dada pela imprensa, que, durante os dias da exposição, além das informações diárias sobre o evento, também desenvolveu atividades dentro da própria Expointer, do que são exemplos a Casa da RBS e o estande do **Correio do Povo**, ligados à imprensa do nosso Estado.

Em sua 19ª edição, a maior feira agropecuária da América Latina, e uma das maiores e mais importantes do mundo, que reúne expositores do Rio Grande do Sul, de outros Estados da Federação e de países do Mercosul, além de visitantes em geral, marcou a resistência dos produtores gaúchos e brasileiros na busca de melhores condições para o setor.

Apesar de um número menor de animais inscritos - 5.433 neste ano, contra 6.485 no ano passado - e uma queda de cerca de 15% nas vendas em relação a 1995, a Expointer deste ano foi marcada por uma questão que considero fundamental: um intenso debate em torno de alternativas para a agricultura e para a pecuária gaúcha e brasileira.

Antes de se medir a importância do evento pelo volume de vendas, essa 19ª edição da Expointer deve ser vista como um momento de afirmação do setor, que, apesar da crise atual, demonstrou, mais uma vez, estar aberto ao debate para buscar com as autoridades as soluções necessárias para superar as dificuldades.

Nesse sentido, tem sido fundamental a disposição do Ministro Arlindo Porto, Senador do PTB, que, repetindo prática adotada desde a sua posse, durante sua estada na Expointer, participou de cerca de 20 audiências com representantes do setor produtivo, dedicando especial atenção às dificuldades dos produtores, e estando sempre atento e receptivo aos pleitos das diversas áreas do setor produtivo gaúcho.

Por outro lado, o aumento das vendas de máquinas e implementos agropecuários, ao lado da exposição, e também das vendas, de modernos programas e equipamentos da agroinformática, por sua

vez, também assinalou o advento de uma nova era para a produção primária no País.

Com o objetivo de fortalecer esta tendência, o Ministro da Agricultura anunciou na Expointer a liberação de uma linha de crédito para a compra e manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas, com juros menores e melhores condições de prazo.

Por outro lado, a presença de instituições como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o Irga (Instituto Rio-Grandense do Arroz) e a Emater, com seus dirigentes e técnicos, contribuíram decisivamente para ampliar os debates sobre a necessidade de investir em tecnologia como forma de alcançar mais produtividade no campo.

Algumas novidades introduzidas na Feira deste ano merecem o registro, como a mostra de flores e frutos que, além de abrir uma nova frente para pessoas interessadas em se iniciar na atividade produtiva, deu um toque de beleza e sensibilidade ao evento.

Apesar desses avanços inequívocos, a Expointer também serviu para expor, de forma clara e cristalina, os problemas vividos atualmente pelo setor agropecuário, especialmente no Rio Grande do Sul, um dos Estados mais penalizados pela política econômica em vigor no País.

Inicialmente, destaco a situação do setor arrozeiro, em grande parte injustamente excluído do processo de securitização, mas que, depois de muita luta e mobilização, está conquistando o direito de renegociar as suas dívidas - o que considero fundamental.

Com este objetivo, o Ministro Arlindo Porto anunciou, durante a sua visita à Expointer, que o refinanciamento das dívidas dos arroseiros gaúchos será ampliado, a partir da utilização da sobra dos recursos da securitização.

Com previsão de queda de até 30% na área plantada, os debates realizados na Expointer evidenciaram a necessidade de se buscarem soluções estratégicas para o setor arrozeiro, na maior parte formado por grandes extensões de terra e sem capacidade de se autofinanciar.

Nesse sentido, é fundamental a continuidade do debate iniciado em torno da necessidade da capitalização do setor, que precisa ter renda para sustentar, de forma segura, contínua e a longo prazo, esse tipo de produção em larga escala, sem o que a situação de dificuldade vivida atualmente se repetirá a cada ano.

A pecuária, por sua vez, também apresentou suas reivindicações, que, a exemplo da agricultura,

da mesma forma, estão ligadas ao crédito e às altas taxas de juros, à disputa de mercado e à inexistência de uma cadeia industrial sólida.

Considerando que o **agrobusiness** é responsável por 50% dos empregos do País, bem como por 40% do PIB interno, e vinculado diretamente à segurança alimentar, os produtores reivindicam mais atenção e prioridade governamental para o setor.

Com grande peso e importância na economia regional do Rio Grande do Sul e do Brasil, os pecuaristas apresentaram suas propostas de ação para desenvolver e dinamizar o setor.

Entre as principais propostas, destacamos:

- crédito emergencial para o custeio da pecuária, para bovinocultura de corte, ovinocultura e suinocultura;

- ampliação dos itens financiáveis dentro da linha de crédito estabelecida pelo Reconvertul, um projeto que atende à metade sul do Estado, com recursos do BNDES, incluindo financiamento de matrizes e de reprodutores, formação de pastagens e de produção de alimentos para a nutrição animal;

- fortalecimento da cadeia produtiva, que passa pela viabilização dos frigoríficos, com saneamento financeiro das indústrias do setor, que atualmente, como já destaquei neste plenário, estão, em sua quase totalidade, fechados, do que é exemplo o Frigorífico Cicade, instalado em Bagé e Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, um dos maiores e mais qualificados da América Latina.

- revisão das alíquotas dos tributos incidentes nos insumos para a agropecuária, promovendo a equiparação com os preços praticados nos países do Mercosul.

- ainda sugeriram medidas para uma política tributária que desonere o setor, um maior debate sobre a política fundiária do País e estímulo ao investimento tecnológico.

Outra reivindicação importante é a imediata implementação de ações para a efetiva erradicação da febre aftosa nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Considerando a situação dos dois Estados, nos quais não se registra a presença da febre aftosa há mais de dois anos, a Portaria nº 107, de 16 de agosto de 1996, em vigor a partir de 1º de setembro deste ano, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, implementa medidas sanitárias para a manutenção da situação conquistada pela mobilização dessas regiões, suspendendo o trânsito de animais suscetíveis à febre aftosa para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catari-

na, procedentes de outras Unidades da Federação, por um prazo de 120 dias, até que se definam as condições a serem observadas para a sua realização.

Não é possível e nem é viável que Estados que conseguiram vencer essa luta difícil continuem recebendo animais provenientes de outros Estados que ainda não conseguiram erradicar o problema.

Tenho certeza de que essa medida é um estímulo para que todos os Estados brasileiros adotem iniciativas nesse sentido e também se beneficiem dos dividendos dessa nova situação, que traz melhor qualidade dos produtos, saúde para a população e melhores condições de comercialização no exterior, particularmente junto ao Mercado Comum Europeu.

No mesmo sentido, de agilizar as soluções cobradas pelo setor produtivo, o Ministro da Agricultura já encaminhou ao Banco Central a relação de tabelas e períodos favoráveis de plantio, concernentes ao zoneamento agrícola e já colocadas à disposição dos agentes financeiros para a operacionalização, através das Cartas Circulares nº 2.677, de 23 de agosto, e nº 2.678, de 04 de setembro deste ano. Todas essas medidas são importantes e necessárias para o setor.

O setor vinícola, também importante para o nosso Estado, representado pela Uvibra, por sua vez, também advertiu para as dificuldades enfrentadas, devido, especialmente, à crescente entrada de vinhos importados e à queda das vendas internas, devido à alta carga tributária.

Como sugestão, as entidades representativas do setor apresentaram um conjunto de soluções, das quais destacamos as propostas de alteração do sistema de cobrança de imposto de importação, para um valor fixado por unidade, a centralização dos registros dos produtos importados e credenciamento dos exportadores estrangeiros na Delegacia da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul, e a equalização de tributos e tarifas alfandegárias com os países do Mercosul.

Outros setores, da mesma forma, destacaram as suas dificuldades e as suas reivindicações, sempre com o espírito de buscar o diálogo e de debater e encontrar soluções, com o objetivo sempre presente de atingir maior produção de alimentos para o País.

Para finalizar, encerro destacando que a Expointer/96 deu a partida para a busca de uma nova realidade no campo e na produção do País, através do estreitamento do debate franco e aberto entre as

autoridades, especialmente do Ministro da Agricultura, Arlindo Porto, com os representantes das entidades ligadas ao setor produtivo, no sentido, principalmente, da construção de uma política agrícola sólida e duradoura.

Esse sentimento, que verificamos durante a visita à Feira, acompanhando o Ministro da Agricultura, deve ser perseguido por todos, para que consigamos superar as dificuldades atuais, conquistando mais produção e, conseqüentemente, mais riqueza para o País e mais alimento à mesa da população.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar, da nossa Casa, um cumprimento especial a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tornaram possível a realização daquela Feira: produtores, cabanheiros, capatazes, peões, técnicos em geral, funcionários públicos - que, das mais variadas formas, deram a sua contribuição para que a 19ª Expointer atingisse os seus objetivos.

Para fins de registro, Sr. Presidente, peço a V. Exª que também seja anexado ao nosso discurso - porque tem dados importantes que servem para aprofundar a reflexão dos temas lá abordados - o pronunciamento do Presidente da Farsul, Sr. Hugo Paz, realizado durante a abertura oficial da Expointer 96.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRª EMILIA FERNANDES EM SEU DISCURSO:**

**PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA
FARSUL, HUGO PAZ,
DURANTE ABERTURA OFICIAL DA EXPOINTER-96.**

"Do alto desta tribuna não se dizem palavras pequenas", Esta frase, trazida da tribuna de Palermo pelo Governador Antônio Britto marcou seu discurso de inauguração da Expointer do ano passado, a XVIIIª.

Quase como em "trova", já me toca dizer o verso, começo: palavras pequenas não podem ser ditas desta tribuna porque, quem daqui fala, sente a grandeza deste evento e a força da gente, dos homens e das mulheres que o fazem.

Assim, as palavras daqui ditas precisam expressar mais do que simples idéias, mas compromisso com uma causa: a causa do progresso e do desenvolvimento que, através da agricultura e da pecuária, nossos antepassados trouxeram para este Estado e este País.

E é sempre bom lembrar que, se o Brasil é um país jovem, porque não conta ainda 500 anos de história, este Estado, "continente de São Pedro", em 1738 tinha apenas uma povoação e permaneceu como capitania dependente do Rio de Janeiro até 1807, logo ali, no início do século passado, menos de 200 anos de história.

Do Paragual, Iela-se Espanha, vieram os Jesuítas e fundaram as "Missões", com um pedaço no Brasil e outro na Argentina. Depois, quase ao final do século XVII, chegam os portugueses, vindos da Colônia do Sacramento, no Uruguai. Já nesse então o gado estava presente e a vocação econômica do território definida. Europeus, ibero-americanos, índios, negros, asiáticos fizeram deste, um lugar de destaque.

Em tão pequeno lapso temporal tanta coisa foi feita ao ponto de hoje aqui estamos na XIXª edição de uma das maiores exposições do gênero em todo o mundo. É de justiça se agradeça a todos aqueles que, direta ou indiretamente, viabilizam esta mostra: proprietários, criadores, cabanheiros, tratadores, capatazes, peões, zootecnistas, médicos-veterinários, engenheiros agrônomos, funcionários públicos, todos, merecem o nosso rasgado elogio e contagiante aplauso.

Volto, contudo, à trova, para seguir "cantando" o verso que me toca dizer. E nele, não é sem uma "ponta" de frustração, que digo lamentar não poder ter visto, nos quase seis anos em que ocupei este lugar na tribuna, aqui, junto a nós, nenhum dos três Presidentes que a República teve no mesmo período.

Aqui tivemos, sim, Senhor Governador Antônio Britto, ao Senhor e ao ex-Governador Alceu Collares. Alguns, Senhor Ministro Arlindo Porto, dos muitos Ministros da Agricultura dos últimos seis anos, mas sempre aqui esteve o Ministro da Agricultura. Muito obrigado a ambos por manterem a tradição e parceria que entendo indispensável.

Ouviram sempre palavras, que até podem ter sido fortes, impactantes, mas palavras que se revestem daquela circunstância descrita pelo patrono da Independência uruguaia, Don José Gervasio Artigas: "con la verdad no temo ni ofendo". Jamais houve a ofensa; Jamais houve o temor em função da palavra dita.

Infelizmente, Governador Britto, Ministro Arlindo Porto, não são todos os Governos, nem muito menos todos os Governantes e menos ainda seus assessores, que sabem quem é o agricultor e o que é agricultura.

Num País em que a lei que rege, ou deveria reger, a atividade do setor se chama "Estatuto da Terra", relegando o homem do meio rural a um papel absolutamente irrelevante, não surpreende se possa dizer e difundir que "a agricultura foi âncora" ou "que agricultores que não pagam contas são caloteiros".

Não sem satisfação e agradecimentos, assistimos desde o final do ano passado, algumas mudanças positivas. Primeiro com a Securitização, que em absoluto é a panacéia que alguns podem pensar que seja; nem tampouco o abismo que outros imaginam. É sim, e esta sua real finalidade, e só assim ela adquire sentido, uma medida que pretende rolar no tempo uma dívida que cresceu demais e se tornou absolutamente impagável. Os bancos, especialmente os públicos, fecharam seus balanços sem precisar fazer impensáveis provisões para "créditos de difícil liquidação", e os produtores puderam postergar no tempo um pagamento que, de imediato, não seria feito.

Lembro-me bem, quando daqui mesmo, dizia que não havia renda no campo que fosse compatível com o custo do dinheiro

que nos era ofertado. Lembro quando apenas os produtores rurais eram os devedores, os chorões, os incompetentes. E hoje os endividados são em muito maior número, e dentre eles vislumbro mesmo aqueles que dias antes estavam a nos cobrar as contas.

Sinto Senhor Ministro e Senhor Governador, Senhores Parlamentares, Autoridades, Senhoras, Senhores, meus companheiros produtores, que é hora de tomar rapidamente decisão política que, ao mesmo tempo em que não comprometa a estabilidade da moeda, resgate setores fundamentais da economia, a agricultura e "agribusiness", particularmente. Assim como foi encontrado mecanismo para financiar as fusões ou capitalização dos bancos públicos e privados, é preciso viabilizar a retomada do nosso setor na sua plenitude.

É preciso, Senhor Ministro, até como medida de Justiça, que pode ser lenta mas não há de falhar, que o Governo e seus agentes reconheçam, definitivamente, a ilegalidade da cobrança daquilo que se convencionou chamar de "Plano Color" que, qual verdadeiro fantasma, ou se quiserem maldição, permanece pairando sobre a cabeça da agricultura brasileira.

Praticamente decidido em todos os Tribunais e Instâncias do País o que se espera para eliminar mais este entrave absurdo do agro brasileiro? Se todo o problema for a devolução das importâncias que a este título foram pagas, quase afirmo que ele não existe. As quantias poderiam ser amortizadas em devolução juntamente com a contratação de novos financiamentos agrícolas ao longo dos próximos anos. Todos, ou a grande maioria aceitará como aceitam os que pagaram os empréstimos compulsórios e até hoje não receberam.

Esta sugestão em nada invalida outras, não menos importantes sob o ponto de vista econômico, nenhuma, no entanto, tão relevante sob o ponto de vista político.

Também, de outra parte é verdade que a taxa de juros baixou. É de 12% ao ano. A mesma da Constituição, ainda que seja apenas para uma parte do financiamento. É muito alta, ainda. Mas já é melhor do que foi no passado recente. A renda do campo ainda não é compatível com essa taxa e, sobretudo com o "mix" entre ela e aquela que foi cobrada na parte do financiamento que tem "livre" pactuação.

Ainda nesta semana a Câmara dos Deputados aprovou Projeto de Lei aumentando o ICMS as exportações de produtos agrícolas e os bens de capital. Velha aspiração de um Estado que é exportador e que não poderia continuar, numa economia estável e com relativa rigidez cambial, a exportar impostos e ser competitivo.

Resta neste particular aspecto uma questão importante para o Rio Grande, que também é exportador para Estados brasileiros e, neste caso, taxa sua produção pela alíquota interestadual do ICMS que é de 12% enquanto as exportações de nossos vizinhos e amigos do Mercosul, dos mesmos produtos para os mesmos Estados, paga apenas 7% de ICMS. Também é preciso encontrar solução para este grave fator de desequilíbrio e perda de competitividade e renda.

Há boas novas para o pecuarista, ainda que não se tenham revogado os maus momentos que o fechamento da maioria dos frigoríficos, alguma desordem no mercado provocada por importações favorecidas pelo regime cambial e pela taxa de juros de alguns financiamentos, propiciaram.

Neste sentido é fundamental, de outro lado, encontrar mecanismos capazes de fazer retomar ao mercado as plantas frigoríficas fechadas. Além dos graves prejuízos que esta situação traz para os produtores, também são inúmeros os empregos que se perderam em empreendimentos que, as mais das vezes, fecharam por reflexos de planos econômicos que os proibiram de honrar contratos, por manipulações e intervenções cambiais, pelo deletério e mortal efeito da perda da competitividade pelos efeitos do denominado "custo Brasil".

Agradecemos as providências que determinaram a proibição de ingresso em nosso território de animais e produtos derivados, procedentes de Estados em que a febre aftosa ainda se faça presente. Parabéns pela coragem de adotar esta providência de há muito por nós reclamada, Senhor Ministro. São medidas desta natureza que acabarão por erradicar a moléstia no restante do País.

Da mesma sorte desejo cumprimentar o Senhor Ministro e, também, o Governador, pela normatização do transporte e comércio de carnes, bem como pela rigorosa fiscalização do efetivo cumprimento destas normas. No passado pedia a "guerra sem quartel" ao abate clandestino. Já se começa a obter resultados. Mas é preciso estendê-las no tempo e espaço. São Paulo e Porto Alegre é muito pouco. Todo o Rio Grande e Santa Catarina, e para sempre, acompanhando o cronograma e a geografia da erradicação da aftosa, é o que pedimos.

A propósito, quando vamos encaminhar ao Bureau Internacional de Epizootias, em Paris, o pedido de reconhecimento oficial do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina como "zonas livres de febre aftosa, com vacinação"?

Começo a encaminhar o fim do meu verso. E como a "trova" é amistosa, embora não seja de "compadres", cito outra das idéias do Governador Brito, a de que não é possível decretar o fim das crises, sendo, isto sim, possível trabalhar para eliminá-la.

Temos feito muito neste sentido, Governador e Ministro. A Farsul e o Senar têm estado constantemente engajados num sem número de projetos que busquem minimizar ou solver os problemas. Estamos conveniados FAMURS (Federação das Associações de Municípios) levando os cursos do Senar mesmo onde não tenhamos Sindicatos Rurais; com a Secretaria de Agricultura, juntamente com o Secretário Cezar Schimer, nas câmaras setoriais e outras comissões; com a Emater, com o Iriga, Fundação Gaúcha do Trabalho. Isto nos permite dizer que, de janeiro a junho deste ano, foram 1.271 as ações de formação profissional rural de que participamos, com 19.714 alunos envolvidos. Na área de promoção social foram 61 as ações e 309.468 as pessoas abrangidas.

Ainda hoje vamos entregar aquele que considero um dos maiores, senão o maior, prêmio desta Expointer, o Prêmio "Homem Rural Padrão", inédito no País, outorgando a um trabalhador

rural um prêmio que expresse o nosso reconhecimento pela sua participação como agente de desenvolvimento econômico do Estado e do País, juntamente conosco.

Entregamos já anteontem os prêmios correspondentes ao Destaque Rural, nas categorias: cidadão, propriedade e Sindicato Rural, em que foram agraciados o produtor rural, ex-Secretário de Agricultura e Presidente da Federação, Getúlio Marcantônio, a Fazenda do Tigre, do Município de Alegrete, pelos seus cuidados com o meio ambiente e o Sindicato Rural de Rosário do Sul pela sua atuação junto à comunidade daquele município.

Por decreto, Senhor Governador e Senhor Ministro, nem governar mais se pode. A sociedade não aceita. Cada vez mais há necessidade de informar, de convencer.

O homem do campo, afirmo a Vossas Excelências, também se está informando e sabendo mais. Se depender da Farsul, do Senar e das outras entidades que os congregam, saberá e conhecerá, como diz o ditado: "o rengo sentado e o cego dormindo".

Não é mais suficiente divulgar slogans tipo "plante que o João garante" ou coisa pelo estilo, para induzir algum produtor a fazer alguma coisa que o prejudique.

Sabem todos, e os que não sabem deveriam saber, que as regras da economia de escala também se aplicam à agricultura. Existem culturas para as quais a escala exigida é a da propriedade com pequenas dimensões e regime de economia familiar. Há outras, no entanto, que exigem grandes extensões que lhes permitam mecanização e intensivo uso de insumos.

Em nenhuma hipótese, no entanto, pequena ou grande, poderá persistir na atividade sem o indispensável lucro, elemento essencial do agir econômico do homem.

Igualmente, não prosperará a atividade rural que seja gerida pelas idéias do igualitarismo, já derrubadas junto com o muro de Berlim ou tombadas com o Império soviético.

Não há, de outra parte, como pensar que um grupo de homens, mulheres e crianças, estas últimas invariavelmente a frente, bramindo foices e enxadas, possa significar progresso e desenvolvimento.

Surpreende, dialoguem, algumas autoridades, com quem sequer tem personalidade jurídica própria: estatuto, diretoria, CGC, endereço, telefone, escondendo-se atrás de um anonimato disfarçado de "rodízio de lideranças".

Se, em algum outro momento, a demagogia ou a incompetência, que sempre estão espregalhando, com seus braços tentaculares, ocuparem novamente espaços maiores do que os que ainda hoje detêm, os homens e as mulheres do campo saberão dizer-lhes não.

Ademais, concluindo, tenho certeza que desta tribuna no próximo ano, não se ouvirão palavras pequenas da parte dos produtores. E eu, por certo, estarei ali embaixo, junto com os meus companheiros produtores rurais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - V. Exª será atendida na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. S. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o tema que trago para reflexão desta Casa tem a dimensão de mais da metade do território nacional e afeta, diretamente, a vida de cerca de 19 milhões de brasileiros: trata-se da questão da energia elétrica na Região Amazônica, benefício que em alguns locais é escasso, em outros inexistente e noutros ainda fornecida de forma abundante e privilegiada, com preços subsidiados.

Nunca é demais lembrar, até para se ter noção exata da importância desse tema, que a denominação Amazônia Legal abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Roraima, Pará, Amapá, bem como parte do Estado do Tocantins e parte do Estado do Maranhão.

Por suas características peculiares, como as grandes distâncias, o isolamento decorrente da descontinuidade e concentração da ocupação, o intenso e desordenado processo migratório e a fragilidade de seus ecossistemas, esse vasto território diferencia-se do resto do País.

Do ponto de vista do suprimento de energia elétrica, a Amazônia também é singular. Apresentando 14% da população brasileira, a Região é responsável apenas por 5% do consumo de energia elétrica do País, se excluídos, evidentemente, os consumidores eletrointensivos lá instalados. O seu consumo **per capita** representa 34% da média nacional, refletindo o baixo padrão de vida da população que lá reside.

Diferentemente das demais regiões brasileiras, a Amazônia apresenta diversos sistemas elétricos isolados, na sua maioria de pequeno porte, com geração de energia elétrica em sua quase totalidade, a partir de derivados de petróleo, como é o caso das usinas termoeletricas ou dieselétricas. A esparsidade e a diversidade existentes na Região Amazônica dificultam ainda mais o atendimento às necessidades energéticas das populações do interior, no caso das fontes tradicionais de produção de energia.

As dificuldades de comunicação e acesso, só possíveis, na maioria das vezes, por vias fluvial e aérea, e as grandes distâncias acentuam o isolamento das localidades atendidas, exigindo esforços redobrados. Em geral, as localidades do interior não apresentam demanda suficiente para justificar, do ponto de vista econômico, os investimentos e os

custos operacionais elevados. Além disso, a renda média da população não permite a obtenção, por parte das concessionárias de energia elétrica, de uma remuneração que estas considerem satisfatórias a ponto de permitir a realização de novos investimentos.

Para exemplificar o quadro de atendimento de energia elétrica na Região, menciono a situação do Estado do Pará, que represento nesta Casa, onde mais de 1 milhão e 800 mil pessoas, ou seja, cerca de 32% da nossa população, não são atendidas e, de um total de 142 Municípios existentes, 69 são atendidos precariamente por termelétricas ou não têm energia de espécie alguma. Temos em nosso Estado a maior hidrelétrica inteiramente nacional e 69 Municípios que não recebem energia dessa hidrelétrica.

Por essas particularidades, a presença do Governo na Região tornou-se fundamental para a implantação de infra-estrutura no setor da energia elétrica. Essa presença tornou-se mais efetiva a partir da criação da Eletronorte, em 1973. À estatal foi atribuída a responsabilidade pelos estudos de inventário, viabilidade, projeto, construção e operação de usinas hidrelétricas e termelétricas, além dos respectivos sistemas de transmissão associados, no sentido de garantir o suprimento de energia elétrica às concessionárias estaduais e o fornecimento a consumidores industriais na Amazônia Legal.

Assim, a Eletronorte concluiu as obras de geração e transmissão da Hidrelétrica de Coaracy Nunes, no Estado do Amapá; construiu as Hidrelétricas de Tucuruí, no Estado do Pará; Balbina, no Estado do Amazonas; e Samuel, no Estado de Rondônia, com os respectivos sistemas de transmissão, e iniciou a construção do aproveitamento múltiplo de Manso, no Estado de Mato Grosso. Construiu também o sistema de transmissão em 230 kV para o suprimento a Cuiabá e assumiu os parques geradores térmicos de Manaus, Belém, Porto Velho, Rio Branco, São Luís e Boa Vista. Assumiu, ainda, os serviços de distribuição de Manaus e Boa Vista e deu prosseguimento aos estudos hidrelétricos de inventário e viabilidade dos rios da Bacia Amazônica, tais como os rios Tocantins, Xingu, Trombetas, Madeira e Tapajós.

Em 1981, iniciou-se a operação do grande sistema de transmissão de cerca de 800 km que interligou as Regiões Norte e Nordeste, permitindo antes mesmo da viabilização da Usina de Tucuruí, no

Pará, o atendimento a Belém por energia hidráulica proveniente do Nordeste do País.

Em todas essas obras e serviços foram investidos mais de 14 bilhões de reais, o que ampliou a capacidade de geração da Eletronorte de 40 MW para 5.433 MW, sendo 4.660 MW em 4 usinas hidrelétricas e 773 MW em 12 usinas termelétricas, distribuídas nas cidades de Manaus, São Luís, Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista e Macapá.

Embora a atuação do Governo Federal tenha sido significativa, Sr. Presidente, ainda há muito por fazer. A Região se ressentir de um conjunto importante de empreendimentos complementares, necessários à expansão da oferta de energia e integração dos sistemas isolados existentes. Ainda há uma grande dívida a ser resgatada com a população amazônica, e é nosso dever cobrar do Governo Federal que assuma suas responsabilidades, luta da qual queremos contar com o apoio de todos os Parlamentares. Queremos a interligação dos sistemas isolados que lá existem.

No interior, o quadro é mais grave. São 363 localidades atendidas por energia gerada pelas concessionárias estaduais. O suprimento é feito na sua quase totalidade por geração diesel-étrica, sendo os parques geradores compostos por unidades com vida útil já ultrapassada e que mesmo assim estão sujeitos aos mais severos regimes de operação. Dentre os fatores que dificultam a operação do parque térmico, estão a alta temperatura local e a impossibilidade de manutenção, não só por falta de unidades de reserva, mas também em virtude das restrições financeiras das concessionárias. A previsão para o ano de 1996 é de que sejam consumidos cerca de 280 milhões de litros de óleo diesel para a geração de energia nas localidades do interior da Amazônia, representando um custo superior a 70 milhões de dólares. Admitindo-se que essa situação persista, num horizonte de 10 anos, o consumo acumulado de óleo diesel previsto chegará próximo dos 4 bilhões de litros, com um custo estimado em 1 bilhão de dólares!

A falta de investimentos, aliada a uma tarifa que não cobre os custos de produção de energia elétrica, tem impedido que novas localidades sejam incorporadas ao atendimento, além de existirem outras em que o serviço não ultrapassa a 4 horas diárias, seja pela falta de unidades geradoras, seja por insuficiência de recursos para a aquisição de óleo diesel.

Os fatores citados, aliados às características do mercado que apresenta um elevado consumo concentrado no horário chamado de ponta, têm conduzido a freqüentes racionamentos de energia e a um custo operacional elevado e crescente, corroendo gradativamente a situação financeira das concessionárias, já bastante precária.

O deficiente suprimento de energia às localidades do interior amazônico vem se constituindo em sério entrave para o desenvolvimento sustentável da região. O modelo de desenvolvimento adotado no País, centrado na industrialização das regiões Sul e Sudeste, criou sérias disparidades regionais, contribuindo para tornar a Amazônia uma região não integrada ao restante do Brasil. Quando o Governo implementa a sua estratégia de ocupação da região Norte age beneficiando preponderantemente os interesses empresariais e multinacionais. São os interesses externos à Região que condicionam o que deve ser feito e como deve ser feito. Mais recentemente, as crescentes preocupações de cunho alegadamente ambiental que vêm canalizando as atenções internacionais para a região amazônica demonstram mais uma vez que os interesses externos querem decidir o nosso futuro.

Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, de todas as nossas preocupações quanto aos problemas do setor de energia elétrica do Norte do País, a maior é a que aqui agora vamos detalhar.

Até aqui foi apenas uma introdução, quero chamar a atenção para a parte seguinte do meu pronunciamento.

Em reunião do Conselho Nacional de Desestatização, realizada em 27 de julho, foi definido o prosseguimento da privatização do sistema Eletrobrás com a inclusão dos sistemas elétricos da região Norte no Programa Nacional de Desestatização. Os ativos são constituídos por:

- no Estado do Amazonas, a usina hidrelétrica de Balbina, o sistema de transmissão associado, as usinas termoeletricas e o sistema de distribuição de Manaus;

- no Estado de Roraima, as usinas termoeletricas e o sistema de distribuição de Boa Vista;

- no Estado do Amapá, a usina hidrelétrica de Coaracy Nunes, o sistema de transmissão associado e o Parque Térmico de Santana;

- no Estado de Rondônia, a usina hidrelétrica de Samuel e as usinas hidrelétricas de Porto Velho;

- no Estado do Acre, as unidades termoeletricas de Rio Branco.

Nesse conjunto de obras - e aqui eu chamo a atenção dos Srs. Senadores - de geração, transmissão e distribuição, foram investidos, pelo menos US\$4,5 bilhões. Segundo informações divulgadas pela imprensa, a receita estimada decorrente da privatização dos ativos mencionados, além de outras cinco usinas hidrelétricas e cinco termoeletricas das regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País, situa-se apenas entre R\$2,5 bilhões a R\$3 bilhões, ou seja, só para fazer essas obras no Norte do País o Governo gastou US\$4,5 bilhões.

Ora, para vender agora essas obras e mais cinco usinas hidrelétricas no Sul do País e cinco termoeletricas, o Governo vai arrecadar apenas de US\$2,5 bilhões a US\$3 bilhões, o que representa um prejuízo de mais de 100% nos investimentos do Estado.

Na ânsia de privatizar o mais rápido possível a infra-estrutura do País, o Governo está partindo para a entrega de setores fundamentais, como é o caso dos sistemas elétricos da região Norte, ignorando a sua função social de prover comunidades e regiões carentes dos serviços básicos para a melhoria da qualidade de vida da população.

O fato que nos causa maior perplexidade é a justificativa para essa medida, que se baseia na premissa de que os sistemas isolados da Amazônia não interferem de forma significativa na definição do novo modelo institucional para o setor elétrico, atualmente em discussão. Ora, isso confirma o desprezo e o descaso do Governo Federal em relação aos problemas da Amazônia, na medida em que simplesmente a excluiu da formulação de diretrizes para o País como um todo. Mais uma vez, a Região é colocada à margem do processo de definição das políticas nacionais. Não existe ninguém da Amazônia participando dessas discussões.

Ao privatizar o setor elétrico na Amazônia, o Governo deixa claro o desconhecimento dos problemas da Região nessa área. Com custos médios acima daqueles praticados nas demais regiões do País, situados entre U\$20 e U\$30 por megawatt/hora, os sistemas isolados da Amazônia apresentam um custo médio de produção de energia superior a U\$100 por megawatt/hora.

A situação só não é pior em virtude da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, que cobre parcialmente esse dispêndio através da arrecadação compulsória dos consumidores de energia

elétrica em todo o País e que representa cerca de R\$164 milhões por ano.

Não obstante o mecanismo da CCC, as empresas se deparam com uma situação de considerável dificuldade, onde a tarifa praticada é bastante inferior aos custos do serviço. As tarifas de suprimento vigentes estão por volta de US\$30 por megawatt/hora, o que torna a geração de energia extremamente deficitária, no nosso caso. Além dos combustíveis, a geração térmica apresenta custos de operação e manutenção elevados. A desigualização tarifária não propiciou aumentos substanciais na tarifa que possibilitassem a viabilização empresarial das concessionárias que possuem níveis elevados de geração térmica. Por outro lado, como já mencionei anteriormente, a renda per capita da região não permite que a população arque com tarifas equivalentes ao custo efetivo do serviço fornecido, o que evidencia a necessidade de serem buscados mecanismos que permitam viabilizar o suprimento de energia elétrica para a região amazônica.

Sr. Presidente, só nos sistemas isolados da região Norte, que o Governo pretende alienar, a previsão de consumo de combustíveis para o ano de 1996 é de cerca de 495 milhões de óleo diesel e 296 mil toneladas de óleo combustível, resultando num custo de mais R\$170 milhões. Estamos falando apenas do combustível. No ano de 1995 esses sistemas acumularam para a Eletronorte um prejuízo de mais de R\$ 120 milhões. Diante desse quadro, pergunto: que atuação empresarial, por mais eficiente que seja, é capaz de reverter tal situação de prejuízo?

E o futuro? Numa perspectiva do setor elétrico privatizado, não creio que o empresariado investirá no atendimento de mais de 6 milhões de brasileiros que residem na Amazônia e que não dispõem de energia elétrica, a maioria deles residindo na zona rural. O suprimento de energia elétrica a essa população constitui-se em investimento de difícil retorno, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação do Governo.

Ademais, não foram definidos aspectos fundamentais relacionados à manutenção do mecanismo da CCC para compensar os pesados encargos da geração termelétrica ou a sua substituição por outro equivalente que garantam o mínimo de equilíbrio à atividade empresarial. Que empresário entrará nesse setor sem regras claramente definidas? O processo de privatização está se dando de forma atabalhoada, sem a necessária discussão e

maturação das ações a serem empreendidas. O Congresso Nacional não está presente nessas discussões.

Um outro aspecto da questão energética na Amazônia diz respeito aos subsídios concedidos na década de 70 aos consumidores eletrointensivos.

Aqui chamo a atenção - e é uma pena que seja uma sessão tão esvaziada - para o absurdo que aqui vou relatar. Naquela época, o Governo Federal decidiu viabilizar três projetos minero-metalúrgicos de grande porte: Albrás/Alunorte, em Barcarena, e Carajás, em Parauapebas, ambos no Pará, e a Alcoa, no Maranhão.

Com a justificativa de industrializar a Região, baseando-se principalmente na produção de alumínio, o Governo determinou à Eletronorte a celebração de contratos de fornecimento de energia elétrica oriunda da usina da hidroelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará, com tarifas extremamente vantajosas para os investidores dispostos a implantar os seus projetos na Amazônia.

Quase 99% do que está sendo produzido está sendo exportado - é energia condensada e exportada em forma de alumínio.

Os contratos de fornecimento de energia elétrica, atualmente em vigor para a produção de alumínio primário para a Albrás/Alunorte e a Alumar, têm vigência no período 1984-2004 e o contrato com a Camargo Corrêa Metais, para produção de silício, tem vigência no período 1988-2008.

A política governamental de concessão dos referidos subsídios apoiou-se nos mecanismos de compensação financeira intersetorial, vigentes à época, sendo reconhecidos e assegurados à Eletronorte, primeiramente com recursos da RGG, Reserva Global de Garantia, e, posteriormente, substituída pela Rencor - Reserva Nacional de Compensação de Remuneração. As insuficiências de receitas não realizadas através desses mecanismos eram registradas na CRC - Conta de Resultados a Compensar, onde a União contabilizava esse subsídio em favor da Eletronorte.

Ou seja: a Eletronorte dava o subsídio que atinge US\$200 milhões por ano a três empresas - duas no Pará e uma no Maranhão. Elas recebem um subsídio equivalente a US\$200 milhões por ano e até 1993, o Governo, com uma série de contas, Reserva Global de Garantia, Reserva Nacional de Compensação e Remuneração, fazia as contas e restituía esse subsídio à Eletronorte.

A partir da edição da Lei nº 8.631, de 4/3/93, que marcou o início da revisão institucional do Setor Elétrico, os mecanismos compensatórios anteriores foram extintos, ficando exclusivamente a cargo da Eletronorte a responsabilidade de assumir os subsídios tarifários aos eletrointensivos, da ordem de US\$200 milhões anuais. Dessa forma, passou a se concentrar em uma única empresa a responsabilidade de arcar com um volume de subsídios que anteriormente eram, em função de uma estratégia de desenvolvimento nacional, cobertos pelos contribuintes brasileiros.

Os subsídios, concedidos desde o início da vigência dos contratos até a edição da Lei 8.631/93, foram da ordem de US\$441 milhões. De março de 1993 até abril de 1996, foram concedidos subsídios de cerca de US\$506 milhões, recursos que a Eletronorte deixou de receber e evidentemente deixou de investir na nossa Região. Os subsídios totais aos eletrointensivos montam, até abril de 1996, cerca de US\$947 milhões, sendo de US\$627 milhões para a Albrás/Alunorte, US\$279 milhões para a Alumar e US\$41 milhões para a Camargo Corrêa Metais, que está instalada no Município de Tucuruí.

A título de ilustração, em 1994, a tarifa praticada pela Albrás/Alunorte chegou a corresponder a apenas um terço da tarifa normal dos consumidores industriais brasileiros, em qualquer canto deste País, em tensão de 230KV. Nesse ano, o total de subsídios foi duas vezes e meia o valor do investimento realizado pela Eletronorte para o atendimento das necessidades de energia elétrica na sua área de atuação, que compreende nove Estados da Federação.

Enfatizo, Sr. Presidente, que os subsídios concedidos aos consumidores eletrointensivos, a partir da vigência da Lei nº 8.631/93, ficaram sem cobertura do Governo Federal, prejudicando enormemente os investimentos da Eletronorte em infra-estrutura na região amazônica.

Para corrigir essa distorção, o nobre Senador Sebastião Rocha elaborou o projeto de lei (PLS 254/95), que está tramitando nesta Casa. Lamentavelmente, tramitando muito lentamente. Dentre outras medidas, o projeto de lei autoriza a União a reembolsar à Eletronorte os valores concedidos às empresas eletrointensivas instaladas na Amazônia Legal.

Quero alertar que, até o final da vigência dos contratos com os consumidores eletrointensivos, ainda serão concedidos subsídios da ordem de US\$1,4 bilhões, sendo US\$815 milhões para a Al-

brás/Alunorte, US\$445 milhões para a multinacional Alumar e US\$146 milhões para a Camargo Corrêa Metais. O Governo é pródigo em beneficiar grandes empresas neste País. Se nenhuma medida for tomada, a região mais carente de infra-estrutura do País deixará de contar com estes expressivos e necessários recursos, que melhorariam a qualidade de vida de uma população na qual há uma parcela de cerca de 33% que não conta com os benefícios da energia elétrica - vivemos ainda no tempo do filó e do candeeiro.

Nisto tudo, um fato chama-nos a atenção. O tema seria para um debate candente nesta Casa, que, infelizmente, está vazia. O motivo pelo qual a usina hidrelétrica de Tucuruí não foi incluída no Programa Nacional de Desestatização, a exemplo das outras usinas incluídas na Região Norte. O Governo colocou todos os sistemas isolados da Amazônia no sistema de privatização, só não colocou a hidrelétrica de Tucuruí. E por que não o fez? Evidentemente, porque a hidrelétrica de Tucuruí tem um compromisso, até 2004, de vender 45% da sua energia por um preço que é 1/3 que qualquer industrial brasileiro paga neste País.

Por isso, a hidrelétrica de Tucuruí não entrou - acredito eu, ninguém me disse isso, mas é uma suposição - na privatização porque está comprometida com o subsídio que se dá à Albrás/Alunorte, à Alcoa e à Camargo Corrêa Metais.

Enquanto o Governo Federal, de um lado, pretende entregar para a iniciativa privada o atendimento energético à região mais carente do País, por outro procura preservar os interesses do empresariado nacional e multinacional. E aí está o crime.

Quero referir-me agora especificamente ao meu Estado, o Pará, onde as regiões Oeste, Baixo Tocantins e Sul, doze anos após a entrada em operação da usina hidrelétrica de Tucuruí, ainda não são beneficiadas com a sua energia. Enquanto a cidade de Belém, a Região Nordeste do Estado e os consumidores industriais ali instalados dispõem de um suprimento elétrico com alto padrão de qualidade e confiabilidade, a população das localidades mais próximas à usina não usufruem desse benefício. Desde a sua criação, a Eletronorte investiu cerca de US\$ 7,8 bilhões no Estado.

Eu pensava que eram US\$ 6 bilhões, mas tive a informação, por dados da própria Eletronorte, que foram US\$ 7,8 bilhões.

No entanto, durante os 12 anos de operação da usina, não foram disponibilizados recursos de

monta muito menor para beneficiar as populações que vivem à sua volta.

Sr. Presidente, a oferta de energia elétrica com qualidade e em quantidade adequada, via interligação ao sistema Tucuruí, constitui justa e legítima demanda da sociedade local. O Movimento do III Grito da Terra Brasil, em manifestação de grande repercussão nacional, realizada no final de maio de 1996, na usina hidrelétrica de Tucuruí, entregou aos representantes dos Governos Federal e Estadual, responsáveis pela negociação com os líderes do Movimento, uma pauta de reivindicações sociais que, após exaustivas negociações, resultou na Consolidação de Entendimentos com medidas que incluem a implantação do sistema de transmissão do Oeste do Pará, chamado Tramo Oeste, atendimento à Região do Baixo Tocantins e o atendimento à Região Sul do Estado do Pará.

Quero destacar que os subsídios concedidos aos consumidores eletrointensivos, a que antes me referi, num período de menos de dois anos, são equivalentes aos recursos necessários à execução dessas três obras no Pará, ou seja: cerca de R\$ 300 milhões.

A Região Oeste do Pará compreende os municípios de Altamira, Rurópolis, Itaituba, Santarém e mais 12 outros, apresentando os solos mais férteis do Estado, com cerca de 440.000 habitantes. A implantação do sistema de transmissão denominado Tramo Oeste permitirá a eliminação da geração térmica, em função da desativação de usinas termelétricas a óleo diesel. Propicia substancial redução do custo operacional das Centrais Elétricas do Pará – Celpa e economia de divisas com a importação de petróleo da ordem de R\$ 21 milhões por ano. Os investimentos totais requeridos são de aproximadamente R\$236 milhões, compreendendo o trecho a ser executado pela Eletronorte, de R\$176 milhões, e pela Celpa, de R\$60 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Peço ao nobre Senador Ademir Andrade que conclua o seu pronunciamento, pois o tempo de V. Ex^a já se esgotou há dez minutos e temos outros oradores inscritos.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Vou concluir, Sr. Presidente.

Depois de toda essa análise, a parte final do meu pronunciamento apenas explicita as questões da região, do meu Estado.

Estou concluindo, Sr. Presidente, apresentando um requerimento de convocação à Mesa, para que venha ao plenário desta Casa – e não à Comissão, pois considero esta questão de suma importância – o Sr. Ministro do Planejamento, Antônio Kandir. Convocamos S. Ex^a para nos esclarecer, para debater conosco, para explicitar o porquê desse desejo de vender o sistema elétrico brasileiro da Amazônia à iniciativa privada. E para nos dizer, levando em conta os dados que aqui apresentei, qual é a empresa privada que vai investir para levar energia elétrica a essas seis milhões de pessoas, na nossa região, que ainda não a possuem, considerando as dificuldades do investimento e do retorno.

Ora, o Governo é capaz de dar US\$200 milhões de subsídio a duas grandes empresas que produzem alumínio e alumina no meu Estado e no Maranhão, e não é capaz de dar um subsídio de US\$100 milhões para atender a 6 milhões de brasileiros, levando energia até eles, levando a possibilidade de industrialização, de emprego, de ocupação da terra e de uma série de outras coisas. A decisão do Governo de vender o que foi construído por ele mesmo e pela Eletronorte é algo que inviabiliza por completo a possibilidade de ampliar o fornecimento de energia na nossa região.

Portanto, concluo o meu pronunciamento entregando à Mesa um requerimento de convocação, e espero que os Senadores desta Casa sejam compreensíveis e o apoiem, para que o Ministro Antônio Kandir possa vir aqui explicar as razões do seu desejo de vender à iniciativa privada todo o sistema elétrico brasileiro da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a, para que ele seja encaminhado na forma regimental.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, eu gostaria de colocar como justificativa do meu requerimento a íntegra do pronunciamento que fiz neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Com a palavra o nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu Estado do Maranhão já recebe relevantes investimentos da iniciativa privada. Começam, então, a ser colhidos os frutos daquilo que há

longos anos vêm enfatizando e repetindo os brasileiros que conhecem o território maranhense: ali temos, no coração do Nordeste e nas fraldas da Amazônia, as melhores condições para os empreendimentos que buscam lucratividade.

Na região de Balsas crescem sadias as fabulosas colheitas de grãos, especialmente a soja, uma produção por hectare que supera a de outras regiões; na região tocantina há a indústria madeireira, que pode ser aprimorada não com a extinção das madeiras nobres, o que vinha ocorrendo, mas com a recomposição das que forem extraídas. Lá se formam, por obra de uma subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, plantações de eucalipto sob critérios de alta tecnologia, preparando a região para se tornar um pólo de fabricação de celulose.

Há, no Maranhão, os campos de pecuária e outros vocacionados para a agricultura, desenvolvidos em meio a grandes rios e a cursos d'água, os únicos perenes em todo o Nordeste.

Em São Luís e em Rosário, estão disponíveis distritos industriais com significativas áreas de terreno aguardando os que ali queiram se implantar.

Naquele Estado, Sr. Presidente, temos energia elétrica abundante; temos, em pleno funcionamento, a Ferrovia Carajás, um modelo para todo o Brasil, que liga a região tocantina – com rios apropriados para hidrovias – ao sistema portuário de São Luís.

Já aqui não me refiro, pela sua obviedade, às belezas naturais do meu Estado – a beleza nostálgica das suas construções, herdadas das influências portuguesa e francesa; a grandiosidade das suas praias; a diversidade da sua fauna, da sua flora e da sua peculiar culinária – fatores fundamentais para a atração de uma indústria turística arrojada.

Como vêem os Srs. Senadores, difícil superar, em todo o País, as vantagens oferecidas pelo Maranhão aos empreendimentos privados.

Ainda agora, uma empresa chinesa está em franca atuação em Rosário, empregando dezenas de mulheres e homens num empreendimento de confecção de roupas. A Alumar, há 11 anos no Maranhão produzindo e exportando alumina e alumínio, está investindo, este ano, US\$35 milhões para aumentar a sua produção. A Celmar está também investindo US\$1,200 bilhão para a produção de celulose. Na agroindústria, a Ceval investe US\$25 milhões para a produção de celulose.

O Nordeste, e não somente o Maranhão, está atraindo investidores, alguns dos quais para lá se deslocam, do Sul do País, atraídos pelos incentivos fiscais, pela mão-de-obra barata e pelos índices de violência bem menores do que os dos grandes centros de outras regiões brasileiras. Em relação ao Maranhão, acresce a proximidade dos seus portos ao Hemisfério Norte. Mais perto, portanto, da Europa e dos Estados Unidos, os grandes centros consumidores do mundo.

Recentemente, a imprensa divulgou reportagem sobre o navio Serge Stahl, um gigante de 420 metros de comprimento, 360 mil toneladas de minério de ferro, que, uma vez por mês, nos últimos dez anos, aporta em São Luís. Quando carregado, seu casco afunda 23 metros abaixo da linha d'água. É o maior graneleiro do mundo. Só o Porto de Ponta da Madeira, em São Luís, e o de Roterdã, na Holanda, são capazes de receber esse gigante do mar. Por isso, o navio norueguês Serge Stahl faz o mesmo percurso desde que foi lançado, em 1986.

Por aí se vê a importância do sistema portuário da capital maranhense.

Esse impulso que se registra no Maranhão, Srs e Srs. Senadores, está naturalmente vinculado à atuação dinâmica da Governadora Roseana Sarney. S. Exª tem expressado sua constante preocupação em encontrar soluções para o desemprego – problema que aflige todo o País – e descobre-se para que as oportunidades de trabalho surjam não por geração do serviço público, mas através da iniciativa privada.

E S. Exª trilha o caminho certo, fazendo o que um administrador pode fazer, no limite das suas forças, para amparar as aspirações dos que anseiam por se integrarem à economia ativa do País.

Dá a satisfação, e mesmo a quase euforia, com que a nossa Governadora vê ampliar-se, no Estado sob sua responsabilidade administrativa, as oportunidades de emprego para os maranhenses.

Na atuação auspiciosa do Governo em meu Estado, muito se deve ao espírito de continuidade que, nos últimos tempos, tem caracterizado a administração maranhense.

Quando assumi o Governo, em 1991, sucedi ao então Governador João Alberto, que desempenhou com invulgar brilhantismo o seu mandato, embora apenas de quase um ano, Vice-Governador que fora, substituindo o titular. João Alberto, além de completar algumas obras anteriores, deu início a ou-

tras de grande importância para o Estado, e celebrou-se pela energia que impôs à organização da segurança reclamada pelos cidadãos.

Na minha administração, dei continuidade à obra do meu antecessor e, entre outras das minhas preocupações, também me dediquei à busca de soluções para levar para o Estado investimentos da iniciativa privada, nacional e estrangeira.

Conferenciando com altos empresários internacionais e suas respectivas associações, estive na Alemanha, na Holanda e na França. Enviei emissários ao Japão. Em São Paulo, proferi conferências para empresários japoneses. Recebi em São Luís, após minhas viagens ao exterior, mais de cem empresários asiáticos e europeus, tendo a oportunidade de lhes exibir o Maranhão e as vantagens oferecidas pelo Estado aos seus empreendimentos.

Roseana Sarney, no Governo, deu continuidade a essas tratativas e, com sucesso, começou a receber o retorno dos muitos esforços despendidos.

Graças a essa continuidade administrativa, que conjuga vontades políticas harmônicas, a Governadora Roseana Sarney oferece ao Maranhão um inestimável serviço. A história irá ressaltar para as futuras gerações a importância dessa orientação para o desenvolvimento do nosso Estado.

Desta tribuna, pois, aplaudo a Governadora do Maranhão, saudando-a pelos êxitos que tem conseguido como resultado da sua política agressiva para sediar no Estado investimentos tão importantes para o progresso da nossa terra.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Valmir Campelo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro nesta tarde, com muita satisfação, o reinício das obras de duplicação da BR-101, no trecho Prazeres/Cabo. Trata-se de um dos mais importantes trechos rodoviários do Estado de Pernambuco, que há mais de 20 anos reclamava providências do Gover-

no Federal. Essa rodovia é de fundamental importância para o acesso à Cidade do Recife, bem como para escoamento de todo o tráfego na direção dos pólos turísticos do meu Estado.

A BR-101 representava um desafio às autoridades governamentais. As obras a ela relacionadas eram constantemente reivindicadas por todo empresariado do meu Estado, pela classe política, pelos prefeitos, pelas lideranças municipais, enfim, por todos que conheciam e reconheciam a importância dessa rodovia para o desenvolvimento de Pernambuco. Foi com muita satisfação que recebemos o apoio do Vice-Presidente Marco Maciel no sentido de viabilizar recursos para a duplicação da BR-101. O Vice-Presidente recebeu por várias vezes delegações do Estado de Pernambuco, lideranças empresariais, prefeitos da região e também de associações comunitárias que, revoltadas com os freqüentes engarrafamentos que ali ocorriam e também com o elevado índice de acidentes, fizeram a solicitação.

O Vice-Presidente, Marco Maciel, além de se mobilizar no sentido de providenciar recursos financeiros para a BR-101, convidou o Ministro interino dos Transportes, Dr. Alcides Saldanha, para, na capital pernambucana, mais especificamente no canteiro de obras da BR-101, dar por iniciadas as obras de sua duplicação.

Ao Ministro Alcides Saldanha, portanto, queremos, em nome do povo de Pernambuco, agradecer o empenho – o seu e da sua equipe. A verba a ser liberada é de R\$10 milhões e vai propiciar o reinício da duplicação da BR-102.

Vale assinalar, Sr. Presidente, que não foi anunciada uma verba. O Ministro Alcides Saldanha levou os recursos que já estavam depositados no Banco do Brasil do Recife, à disposição das duas empresas vencedoras da licitação, para a execução das obras de duplicação da BR-101.

A presença, portanto, do Ministro Alcides Saldanha foi extremamente importante no nosso Estado. S. Ex^a pôde testemunhar a importância e o significado das obras de duplicação da BR-101, que há cinco anos estavam paralisadas – desde 1975, o DNER estudava-lhes a realização. Foi possível constatar que a não duplicação dessa rodovia acarretava substancial prejuízo à economia de Pernambuco. Os constantes engarrafamentos ampliavam o consumo de combustíveis. Outros desperdícios poderiam – e podem – ser notados em razão da demora no tráfego, da demora do

transporte das cargas, prejudicando sensivelmente o fluxo turístico para a área do Projeto Costa Dourada, bem como o retorno ao Recife.

Por esse motivo, neste momento, estendo os nossos agradecimentos, dos pernambucanos, ao Ministro Saldanha bem como ao Diretor de Engenharia do DNER, Dr. Wolney Siqueira e à sua competente e dedicada equipe, que tudo fez para que pudéssemos assistir a um evento da maior significação: o início do trabalho de duplicação da BR-101. As máquinas já estão trabalhando, os equipamentos já estão sendo utilizados, e brevemente teremos 30% da obra concluída. Dessa forma, vamos desobstruir o tráfego naquela importante rodovia federal do meu Estado.

Por uma questão de justiça, agradeço e resalto o papel importante do Diretor do 4º Distrito Rodoviário do DNER, com sede em Pernambuco, Dr. Eurico José Berardo Loyo, que também não mediu esforços para adotar todas as providências a fim de que, com a presença do Ministro Alcides Saldanha, pudéssemos entregar as ordens de serviços para as duas empreiteiras vencedoras da concorrência.

Dr. Eurico e a dedicada e eficiente equipe do DNER de Pernambuco trabalharam bem, com rapidez, possibilitando a entrega das ordens de serviço e, conseqüentemente, o início oficial da duplicação da BR-101, como disse, um dos mais antigos pleitos da comunidade pernambucana, que mobilizou a classe política, os empresários, os prefeitos, os vereadores e as lideranças comunitárias, todos conscientes da importância desse trecho rodoviário para o desenvolvimento da economia pernambucana.

Faço menção especial ao Presidente da Assimpra, Associação das Indústrias do Eixo Sul do Estado de Pernambuco, Dr. Mário Beltrão, incansável defensor da realização dessas obras, que mobilizou os empresários integrantes da associação que ele tão bem dirige e que mobilizou a nós, Senadores e Deputados Federais, buscando audiência com o Vice-Presidente Marco Maciel, e com o Ministro dos Transportes. Tudo isso foi feito com o objetivo de viabilizar recursos para a duplicação dessa rodovia, e trouxe muita alegria para o nosso Estado.

Diria até, Sr. Presidente, que esse era um projeto-desafio. E, como bem disse o empresário João Carlos Paes Mendonça, ou era levado adiante ou seria sempre um motivo de desestí-

mulo e até de revolta em relação às providências do Governo Federal.

O Líder empresarial João Carlos Paes Mendonça, em vários artigos, ressaltou a importância desse projeto. Em publicação recente, salientou que ele era considerado uma pedra no caminho no desenvolvimento de Pernambuco, era um desafio que precisava ser superado se Pernambuco quisesse retomar o seu desenvolvimento.

Pois bem, graças a essa mobilização que envolveu líderes comunitários, empresariais e até o vice-Presidente da República, conseguimos levar o Ministro dos Transportes a Pernambuco e lá foi oficializado, por meio da entrega dos recursos e das ordens de serviço, o reinício das obras da BR-101.

Depois de vinte anos, essas obras são reiniciadas. E acreditamos que no Orçamento de 1997 serão alocados recursos para a sua conclusão, o que irá trazer benefícios significativos para o nosso estado, facilitando o acesso à Capital pernambucana, o deslocamento dos nossos produtos para os municípios do interior e possibilitando o fluxo normal de turistas que procuram o nosso estado, sobretudo nesta alta estação que agora se inicia.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que me sinto particularmente feliz por ter dado a minha parcela de contribuição para a viabilização desse empreendimento.

Participei da Comissão de Obras Inacabadas, criada nesta Casa, que fez o inventário de todas as obras que estavam inconclusas e que, conseqüentemente, traziam sérios prejuízos para a Nação brasileira. No Estado de Pernambuco, tanto eu, quanto o Senador Carlos Wilson demos prioridade à retomada das obras da BR-101, por considerarmos que esta é fundamental. Como integrantes da Comissão, ficamos particularmente felizes, porque aquele trabalho deu resultados positivos. Agora, as máquinas e tratores estão efetivamente trabalhando, e estamos retomando a realização desse importante empreendimento.

Além desse aspecto, gostaria também de salientar que estivemos na companhia do vice-Presidente da República, Marco Maciel; do Ministro Interino dos Transportes, Alcides Saldanha, e do Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, no Complexo Industrial Portuário de Suape, onde fomos recebidos pela equipe do Governo do Estado, pelo prefeito do Cabo, Jacó Gomes, e por inúmeras lideranças empresariais da região.

Nesse Complexo Industrial houve uma solenidade extremamente importante, ocasião em que o Secretário da Receita Federal teve a oportunidade de referendar a prorrogação do alandegamento do Porto de Suape, cujo prazo estava praticamente esgotado. Com essa medida, o porto vai dispor de um sistema alfandegário importante e eficiente para facilitar as exportações e as importações.

Essa foi uma decisão muito importante que atendeu à solicitação dos empresários de Pernambuco que começam a operar no Porto de Suape.

Além disso, o Secretário da Fazenda nos informou sobre o lançamento dos editais – já autorizados em Portaria – para a construção do armazém alfandegário, um porto seco, na região metropolitana de Pernambuco, que vai facilitar enormemente as transações internacionais do nosso estado, vale dizer, do Nordeste com o exterior. Esse armazém contará com modernos equipamentos para estocagem de mercadorias, que, posteriormente, serão internalizadas no nosso estado e na nossa região.

Trata-se, conseqüentemente, de um apoio fundamental neste momento de globalização, de abertura da economia. Pernambuco está disposto a participar desse esforço nacional no sentido de aumentar as exportações e de ampliar a sua industrialização. Esse armazém alfandegário, cuja licitação foi autorizada pelo Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel, será extremamente importante porque vai gerar centenas de empregos, facilitando o trabalho dos importadores e exportadores e, via de conseqüência, se transformando em instrumento de fortalecimento do desenvolvimento do Estado de Pernambuco.

De outra parte, Sr. Presidente, vai fortalecer o complexo industrial portuário de Suape, que é da maior importância não só para Pernambuco, mas também para o Nordeste e para todo o Brasil, uma vez que o Porto de Suape pode se transformar, inclusive, em um porto da América do Sul. A sua posição estratégica, com certeza, se transformará em infra-estrutura de fundamental importância para escoar os produtos do Mercosul para os Estados Unidos e a Europa. As distâncias são extremamente importantes se comparadas com outros portos. Por isso, estamos vendo uma perspectiva extremamente significativa para o complexo industrial portuário de Suape que vai ter, nesse momento de internacio-

nalização das economias, de abertura de mercado, deglobalização, um papel estratégico.

A presença do vice-Presidente da República, Marco Maciel, nesse evento, demonstra o seu interesse, o seu empenho e a sua preocupação em dotar o Nordeste de um sistema portuário moderno, eficiente, ágil e capaz de dar aos empresários condições de ampliar as suas exportações e facilitar as suas importações.

Eram esses registros que eu gostaria de fazer nesta tarde. Pernambuco sentiu-se honrado com as presenças do vice-Presidente, Marco Maciel; do Ministro Interino dos Transportes, Alcides Saldanha, e, também, a do Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. S. Ex^{as} nos explicaram as importantes medidas adotadas que visam a fortalecer a economia do nosso Estado.

Estou certo de que, daqui para a frente, teremos novos estímulos para o desenvolvimento da economia pernambucana, sobretudo no que diz respeito ao seu relacionamento com o exterior. Temos o porto do Recife movimentando uma quantidade expressiva de carga; o porto de Suape com o prazo de sua alfândega renovado e, também, temos agora a perspectiva de ver implantado um armazém alfandegário, o primeiro do Nordeste, que facilitará as exportações.

Ao finalizar, quero, mais uma vez, congratulá-me com essas autoridades, com todos os empresários, com as lideranças políticas, com os prefeitos e, em especial, com o Prefeito Jacó Gomes, do Cabo, e, sobretudo, com o Presidente da Assinpra – Associação das Indústrias do Eixo Sul do Estado de Pernambuco –, Dr. Mário Beltrão, pelo esforço que desenvolveu, pelo trabalho que realizou, movimentando os empresários, os comerciantes, e pressionando a nós, políticos, para que obtivéssemos essa grande vitória.

Sr. Presidente, apenas para complementar meu pronunciamento, gostaria de dizer que recebi do Dr. Antônio Luiz de Melo, um dos maiores especialistas em planejamento rodoviário, um histórico sobre a BR-101 no qual relata todo o esforço do DNER e do Governo de Pernambuco para viabilizar esse projeto a que acabei de referir-me, o qual peço faça parte integrante do meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU PRONUNCIAMENTO.

1. Breve Histórico sobre a BR-101

O trecho Prazeres - Cabo da BR-101 é, sem dúvida, o segmento mais crítico de toda a rede rodoviária federal pavimentada, pelo volume de tráfego que apresenta, pelo elevado índice de acidentes e, em particular, pelas características atuais, insuficientes e inadequadas para assegurar um nível de serviço razoável. Em consequência, a ultrapassagem se torna uma operação de alto risco, sendo freqüentes os congestionamentos, principalmente nos fins de semana.

Em 1975, quando a rodovia já se encontrava superada em sua capacidade, o DNER elaborou projeto de duplicação com 20 km de extensão, no qual era prevista uma pista dupla inteiramente nova entre os km 0 e 10, denominada Variante de Pontezinha e a construção de uma 2ª pista ao lado da existente, entre os km 10 e 20. Nesse projeto, eram evitadas as travessias de Pontezinha e Ponte dos Carvalhos e mantida a travessia do Cabo, àquela época com ocupação incipiente.

Em 1988, com a contratação das obras e dos serviços de supervisão, foi desenvolvida uma alteração do projeto, motivada especialmente, pelas seguintes razões:

- alterações de greide na Variante de Pontezinha para introdução de passagens inferiores de estradas vicinais implantadas nos últimos 15 anos, em decorrência da ocupação do solo na região;
- mudança do traçado da Variante de Pontezinha, de modo a reduzir ao mínimo a extensão de mangue interceptado pela estrada, alteração esta imposta por razões de proteção ambiental;
- estudo de nova Variante na travessia do Cabo, como resultado dos apelos dessa comunidade, preocupada com os problemas futuros envolvendo pedestres na travessia da pista dupla que separaria a zona urbana de um lado e o Distrito Industrial, do outro;
- estudo de novo acesso à PE-60 e a Suape, em atendimento à solicitação do Governo de Pernambuco, e que implicará na implantação e pavimentação de 8 km de acesso a PE-60 e SUAPE.

Assim, com a alteração do traçado da Variante do Cabo, do Acesso à atual BR-101 e considerando-se as extensões de ramais de retorno e acessos a viadutos, bem como as de ruas laterais, obtém-se o seguinte desenvolvimento total equivalente em pista simples:

- Pista principal : 22,42 km x 2 = 44,8 km
- Interseções e retornos : = 5,1 km
- Ruas laterais : = 3,1 km
- Acesso a atual BR-101 : = 0,5 km
- Extensão total equiovalente em pista simples = 53,5 km

Obs.: o Acesso a Suape (PE-60) cujo projeto se encontra aprovado pelo DNER, terá 8,0 km em pista dupla.

2. Soluções Especiais

A rodovia atravessa algumas áreas alagadas com ocorrências de mangues e, em camadas de até 40 m de profundidade, solos moles, compressíveis e turfosos.

A solução convencional de substituição do solo mole por areia, foi adotada nos locais onde a profundidade da turfa atingia no máximo 6 metros, o que ocorreu em 7 aterros.

Para as profundidades maiores que 6 m, o terreno de fundação foi estabilizado com drenos verticais de areia, o que aconteceu na várzea do Rio Jaboatão, onde foram executados 650 drenos verticais, com 20,00 metros em média, totalizando 13.000 metros.

3. Alterações do Projeto Original

O projeto original (1975) foi alterado por duas razões, a saber:

- proteção ambiental, de modo a evitar danos à área de mangues;
- evitar a passagem na área urbana do Cabo.

As principais conseqüências foram:

- 1ª: a área a construir de pontes e viadutos foi diminuída de 33.018 m² do projeto original, para 24.634,8 m², para um total de 13 viadutos e 08 pontes;
- 2ª: a ponte de 960 m (em pista dupla) sobre a várzea do Rio Jaboatão, constante do projeto original, foi reduzida para 600 m (em pista dupla);
- 3ª: o revestimento em C.B.U.Q., em função da nova variante, registrou a seguinte variação, com a eliminação do pavimento de concreto de cimento Portland (pavimento rígido).

PROJETO	ORIGINAL	MODIFICADO
C.B.U.Q.	17.100 t	125.356 t
Pavimento Rígido	51.100 m ³	eliminado

4. Características Técnicas do Projeto Geométrico

Rodovia enquadrada em classe I com 2 pistas separadas por canteiro central, com as seguintes características:

- Velocidade diretriz : 100 km/h
- Pista de rolamento : 7,2 m
- Acostamento Externo : 3,0 m
- Acostamento Interno : 1,0 m
- Canteiro Central : 6,0 m
- Plataforma incluindo dispositivo de drenagem : 31,9 m
- Faixa de Domínio : 80,0 m
- Rampa Máxima : 5,5%

5. Pavimentação

É previsto o emprego de pavimento flexível, assim constituído:

- Revestimento

Pista de rolamento : CBUQ com e = 10 cm
Acostamento : CBUQ com e = 5 cm

- Base Brita graduada com espessura de 20 cm
- Sub-base Sub-base com solo-brita (25% de brita), com espessura de 20 cm.

6. Investimentos a Realizar e Recursos Comprometidos

a) Investimentos a Realizar

Total necessário para conclusão	R\$ 38,7 milhões
Obras Contratadas	R\$ 23,5 milhões
Obras a Contratar(*)	R\$ 15,2 milhões

b) Recursos Comprometidos

Crédito Especial PL-32 (1995)	R\$ 7,5 milhões
OGU - 1996	R\$ 18,1 milhões
Total	R\$ 25,6 milhões

7. Nível de Serviço da atual BR-101 no trecho Prazeres - Cabo

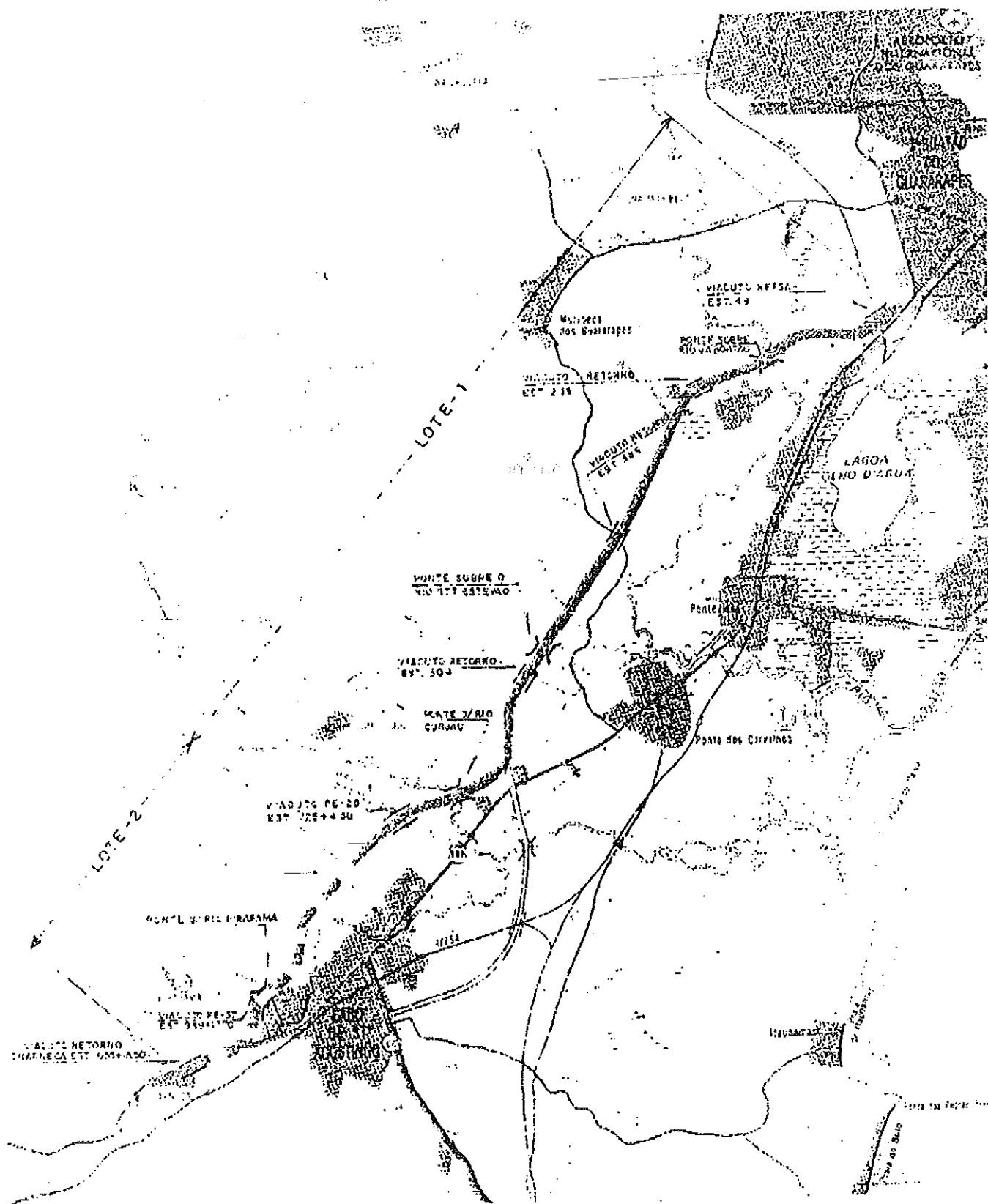
O Nível de Serviço ao longo do dia (6 às 18 h) varia de E a F, o que caracteriza uma rodovia saturada.

O uso de rodovia nessas condições implica no aumento do tempo de viagem (perda de atividade produtiva), no aumento do consumo de combustível e no aumento do índice de acidentes.

A quantificação desses desperdícios conduz aos seguintes valores anuais:

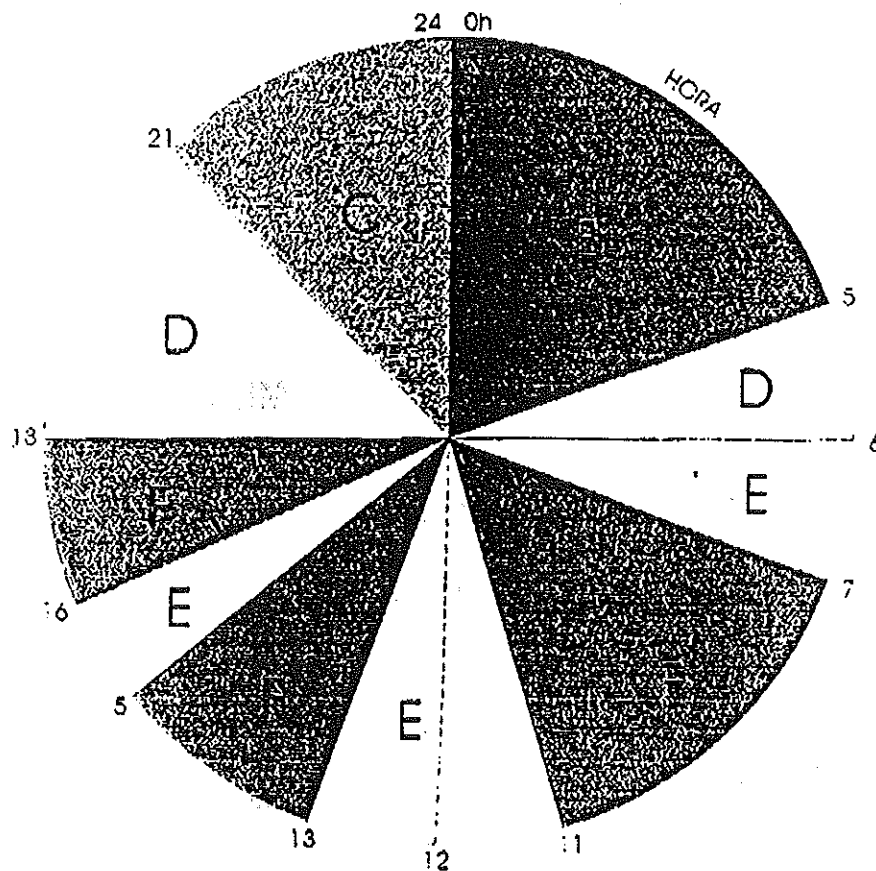
• Perda de Atividade Produtiva	R\$ 5,0 milhões/ano
• Aumento do Consumo de Combustível	R\$ 13,8 milhões/ano
• Custo dos Acidentes	R\$ 7,6 milhões/ano
• Total do Desperdício	R\$ 26,4 milhões/ano

(*) 11 pontes e viadutos, sendo 10 em pista dupla com 24.600 m³



BR-101 PRAZERES - CABO (CHARNECA)**NÍVEL DE SERVIÇO AO LONGO DO DIA**

**NÍVEL DE SERVIÇO: MEDIDA QUALITATIVA
DAS CONDIÇÕES DE CIRCULAÇÃO DO
TRÁFEGO**



DESPERDÍCIO DECORRENTE DO BAIXO N. S.**R\$ milhões/ano**

ATIVIDADE PRODUTIVA	5,0
CONSUMO DE COMBUSTÍVEL	13,8
ACIDENTES	7,6
DESPERDÍCIO ANUAL	

R\$ 26,4 milhões/ano**1 - PERDA DE ATIVIDADE PRODUTIVA****TEMPO DE VIAGEM E VELOCIDADE MÉDIA**

ATUAL (N.S E e F)	40,0 mim	31 km/h
FUTURA (DUPLICAÇÃO)	16,5 mim	80 km/h
PERDA	23,5 mim	

TRÁFEGO (6 ÀS 18 h) 14.000 V.P.D**PASSAG./VEÍCULO** 4**TEMPO DESPERDIÇADO**

14.000 X 4 X 23,5 21.900 h/dia

— DESPERDÍCIO ANUAL**21.900 X 0,63 X 365 R\$ 5,0 milhões/ano****R\$ 5,0 milhões/ano****DESPERDÍCIO DECORRENTE DO BAIXO N. S.****2 - PERDA EM TERMOS DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL****CONSUMO MÉDIO****VEIC. LEVES (GAS/ÁLCOOL) 10 km/l****ÔNIBUS/CAM. (DIESEL) 3 km/l****CONSUMO EM 23,5 mim****VEIC. LEVES (GAS/ÁLCOOL) 3,1 litros****ÔNIBUS/CAM. (DIESEL) 10,4 litros****TRÁFEGO (6 ÀS 18 h)****VEIC. LEVES (61%) 8.540 VPD****ÔNIBUS/CAM. (39%) 5.460 VPD****DESPERDÍCIO DIÁRIO****GAS/ALC : 8.540 X 3,1 X R\$ 0,62 R\$ 16.413,00****DIESEL : 5.460 X 10,4 X R\$ 0,38 R\$ 21.578,00****DESPERDÍCIO ANUAL****R\$ 13,8 milhões**

INVESTIMENTOS A REALIZAR

TOTAL NECESSÁRIO
PARA CONCLUSÃO

R\$ 38,7 milhões

OBRAS CONTRATADAS

R\$ 23,5 milhões

OBRAS A CONTRATAR (*)

R\$ 15,2 milhões

(*) 11 PONTES E VIADUTOS , SENDO
10 EM PISTA DUPLA COM 24.600 m²

RECURSOS COMPROMETIDOS

• CRÉDITO ESPECIAL
PL-32 (1995)

R\$ 7,5 milhões

• OGU - 1996

R\$ 18,1 milhões

TOTAL

R\$ 25,6 milhões

PROPOSTAS PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS

ESTABELECEER COMO META FÍSICA A
CONCLUSÃO EM 1997

ASSEGURAR PARA ESTE ANO RECURSOS JA
COMPROMETIDOS (R\$ 25,6 milhões)

**OBTER COMPROMISSO DE NOSSOS REPRESENTANTES
NO CONGRESSO DE ASSEGURAR NO OGU-97 OS
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A CONCLUSÃO DA OBRA**

**CONSIDERAR PRIORITÁRIA A LIGAÇÃO DO NOVO
TRAÇADO COM A PE-60 PARA SUAPE E LITORAL SUL**

**LICITAR DE IMEDIATO AS PONTES E VIADUTOS
DIVIDIDOS EM 5 LOTES DE OBRAS**

**SUGERIR AO DNER UMA PROGRAMAÇÃO QUE ASSEGURE
A UTILIZAÇÃO IMEDIATA DE CADA SEGMENTO CONCLUÍDO**

PROBLEMAS FUTUROS

- **OCUPAÇÃO AO LONGO DO NOVO TRAÇADO**
- **LIGAÇÃO COM A PE-60 PARA SUAPE E
LITORAL SUL**
- **CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, DO CANTEIRO
CENTRAL E DAS ÁREAS LINDEIRAS DA
FAIXA DE DOMÍNIO (80m)**
- **OPERAÇÃO DA RODOVIA; CONCESSÃO
E PEDÁGIO**

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A solicitação de V. Exª será atendida, na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 428/PT

Brasília, 2 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Senhoria a fim de indicar o Deputado Paulo Paim para titular da Comissão Especial destinada a emitir parecer a Medida Provisória nº 1.463-4, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo, em substituição à Deputada Sandra Starling.

Indico, também, o Deputado José Pimentel para suplente em substituição ao Deputado Nilmário Miranda.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – Deputado **Chico Vigilante**, Líder do PT em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 888, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 397 do Regimento Interno e do art. 50 da Constituição Federal, requeiro seja convocado S. Exª o Sr. Ministro de Estado do Planejamento para prestar esclarecimentos ao plenário do Senado Federal, acerca do processo de privatização em andamento, particularmente dos ativos da Eletro-norte, constituídos por Sistemas Elétricos da Região Norte; de que forma este processo está sendo conduzido e que implicações poderá trazer para a população e para a economia da Amazônia.

Justificação

De acordo com noticiário dos jornais a privatização do setor elétrico brasileiro está sendo feita de maneira irregular e ilegal, conforme também posicionamento do TCU.

Com a presença do Ministro do Planejamento no plenário do Senado, muitos fatos que cercam esse processo serão esclarecidos e o Congresso Nacional terá a sua necessária participação no debate sobre a privatização de tão importante setor.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 1996. – Senador **Ademir Andrade**, PSB – PA.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – O requerimento será publicado e incluído, oportunamente, em Ordem do Dia, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.517, adotada em 30 de agosto de 1996 e publicada no dia 2 de setembro do mesmo ano, que "concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jader Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Hugo Napoleão	Francelino Pereira
Edison Lobão	Joel de Hollanda
	PSDB
Lúdio Coelho	Carlos Wilson
	PDT
Sebastião Rocha	Darcy Ribeiro
	PT
Eduardo Suplicy	Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Carlos Magno	José Carlos Coutinho
Roberto Fontes	Paulo Bauer
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Wilson Branco	Eliseu Padilha
	Bloco (PPB/PL)
Odelmo Leão	Gerson Peres
	PSDB
Antônio Balhmann	Adroaldo Streck
	PPS
Sérgio Arouca	Augusto Carvalho
	PV
Fernando Gabeira	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-9-96 – designação da Comissão Mista

Dia 5-9-96 – instalação da Comissão Mista

Até 7-9-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 16-9-96 – prazo final da Comissão Mista

Até 1º-10-96 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1996 - Complementar, de autoria do Senador Lauro Campos, que altera a redação dada à alínea "b" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - A Presidência recebeu a Mensagem nº 217, de 1996 (nº 825/96, na origem), de 3 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de trezentos milhões de dólares norte-americanos, entre o BID e o BNDES, destinada ao financiamento, parcial, do Programa de Crédito Global Multisetorial.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - O Senador Odacir Soares enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ODACIR SOARES (PFL - RO) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em pronunciamento feito no dia 28 de agosto passado, eu alertava esta Casa, chamando-lhe a atenção para a urgência que deve dar o Governo Federal, na solução do problema social dos "sem-terra". Uma estimativa conservadora avalia como sendo de quatro milhões o número de famílias despossuídas, sem o seu instrumento de trabalho e produção: a terra.

De acordo com pesquisa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, existem no País 586 conflitos, abarcando uma área superior a nove milhões de hectares (equivalentes a

dois estados do Espírito Santo). Quase 90 mil famílias ou meio milhão de pessoas lutam por essas terras. Um conflito que envolve tanta gente e tanta terra deve merecer maior atenção governamental.

A Confederação Nacional da Agricultura - CNA, divulgou no dia 20 de agosto o relatório da pesquisa sobre assentamentos de reforma agrária, por ela encomendada ao Instituto Vox Populi, a qual se intitula "Pesquisa de Opinião Pública e Caracterização Sócio-Econômica em Projetos de Assentamento do Incra, no País".

O objetivo do trabalho foi "conhecer a situação atual dos assentamentos, buscando identificar as características sócio-econômicas dos moradores, suas condições de vida e de acesso a programas sociais, assim como as características econômicas da parcela, em termos agrícolas e pecuários, que tem acesso a insumos, a créditos, tecnologia e apoio à comercialização".

No meu pronunciamento de hoje, discorrerei sobre a primeira parte da referida pesquisa, que trata do universo de investigação. Discutirei, pois, a questão da amostra utilizada, bem como os procedimentos amostrais adotados; relacionarei os projetos visitados, e listarei os resultados das principais características levantadas tais como: tipo de ocupação, localização, distância do município-sede, condições das estradas, transporte regular, presença de núcleo urbano, infra-estruturas urbanas, estrutura de atendimento à saúde, estrutura de ensino, trabalho e presença das instituições.

É importante aduzir que estou me atendo ao documento da pesquisa do Instituto Vox Populi, resumizando tanto quanto possível, sem contribuições de cunho pessoal, porque acho importante que a Casa conheça a natureza do documento e que, ao mesmo tempo, fique inscrita na memória do Senado Federal essa contribuição da Confederação Nacional da Agricultura-CNA.

Segundo a Diretoria de Assentamento do Incra, existem 1.018 Projetos de Assentamento (P.A.'s) em todo o País. A parcela mais expressiva está situada na região Nordeste, 38%, seguida da região Norte, com 24% dos projetos atualmente existentes.

No Sul do País, estão localizados 17% dos Projetos de Assentamento, seguido do Centro-Oeste, com 13%. A menor concentração dos Projetos de Assentamento está na região Sudeste, com 8% do total.

O total das famílias assentadas nesses projetos, é de 171.523, sendo que a maior parte delas está na região Norte, que abriga 45% do total. No

Nordeste, encontram-se 30% das famílias assentadas, seguido do Centro-Oeste, com 16%, do Sul e Sudeste, respectivamente com 5% e 4% das famílias.

Segundo os mesmos dados apresentados pelo Incra, a área total destinada aos Projetos de Assentamento no País, é de 9.356.805 hectares. A região Norte tem forte predominância, com 61% da área total destinada aos Projetos de Assentamento. As regiões Nordeste e Centro-Oeste participam com percentuais de área praticamente iguais; o Nordeste com 18% e o Centro-Oeste com 17%. A região Sul ocupa apenas 2% da área total destinada aos Projetos de Assentamento.

Na estatística da Diretoria de Assentamento do Incra, os Projetos de Assentamento existentes (1.018 no total) cerca de quase a metade deles, 47%, encontra-se na Fase 3, ou de Consolidação. Uma parcela um pouco menor, 40%, encontra-se na Fase 2, ou de Implantação, enquanto que 13% estão na Fase 4 ou de Emancipação. A Fase 1 é a fase denominada de Aguarda Publicação, na qual, em realidade, o Projeto ainda não é uma entidade concreta (existiam apenas quatro projetos nessa categoria).

O Instituto Vox Populi, optou por trabalhar com Projetos cujas fases de desenvolvimento indicassem a existência de uma estrutura mínima já implantada, com a finalidade de caracterizar as atuais condições de vida das famílias assentadas. Assim, o Vox Populi passou a trabalhar com um universo de 603 Projetos de Assentamento, incluídos nas Fases 3 (Consolidação) e Fase 4 (Emancipação), excluindo a Fase 2, (Implantação) e a Fase 1, (Aguarda Publicação).

A situação da distribuição dos Projetos de Assentamento, repete as proporções encontradas no universo total: a maior parte dos Projetos de Assentamento nas duas fases (Consolidação e Emancipação), se localiza na região Nordeste (37%), seguindo-se a região Norte (22%), e Sul, com 19%. As regiões Centro-Oeste e Sudeste apresentam as menores concentrações, 13% e 9%, respectivamente.

No que diz respeito ao numérico de famílias assentadas, a distribuição é assemelhado com o total do universo investigado: 47% das famílias assentadas estão na região Norte; 25% no Nordeste e 17% no Centro-Oeste. Os menores percentuais são encontrados nas regiões Sul, 6% e Sudeste, 5%.

Também, em termos de área abrangida pelos Projetos de Assentamento, a distribuição das terras

nas fases investigadas permanece compatível com o total geral anotado no universo: a grande maioria da área destinada aos assentamentos, encontra-se na região Norte, 65%; seguido do Nordeste, 18% e do Centro-Oeste, 12%. As menores áreas estão situadas no Sudeste, 3% e na região Sul, 2%.

Metodologicamente, optou o Instituto Vox Populi, por excluir do universo da investigação aqueles Projetos com número de famílias assentadas igual a 15 ou menor. Tais projetos, num total de 42, mostraram-se pouco representativos da situação geral dos Projetos de Assentamento no País, que tem um número médio de famílias por projeto da ordem de 144. Assim, passou a trabalhar o Instituto Vox Populi, com um sub-universo de 561 Projetos de Assentamento, assim distribuídos:

TOTAL DE PROJETOS NAS FASES 3 E 4 COM MAIS DE 15 FAMÍLIAS

Região	Nº Projetos	% do País
Norte1	30	23%
Nordeste	213	38%
Sudeste	51	9%
Sul	93	17%
Centro-Oeste	74	13%
Total	561	100%

A Diretoria de Assentamento do INCRA, anotava o tempo de vida médio dos Projetos de Assentamento, como de 6 anos; excluindo os Projetos das Fases Aguarda Publicação (Fase 1) e Implantação (Fase 2) o tempo de vida médio fica em 8 anos.

O Instituto Vox Populi trabalhou com uma amostragem de 20% dos Projetos existentes em cada região, equivalente a um total de 113 Projetos dispersos no País.

Em cada região, o número de Projetos por Estado foi o seguinte:

Norte:

Acre – 3
Amapá – 1
Amazonas -2
Pará – 4
Rondônia – 4
Tocantins – 8

Nordeste:

Alagoas – 1
Bahia – 8
Ceará – 11

Maranhão - 7
 Paraíba - 3
 Pernambuco - 6
 Piauí - 1
 R.G.Norte - 4
 Sergipe - 3

Centro-Oeste:

Goiás - 3
 Mato Grosso - 8
 M.Grosso Sul - 4

Sudeste:

Espírito Santo - 1
 Sul: Paraná - 8
 Minas Gerais - 3
 R.Grande Sul - 2
 Janeiro - 3
 Santa Catarina - 8
 São Paulo - 3

Dentro de cada Estado, os Projetos foram distribuídos em estratos, de acordo com os quartis da distribuição nacional de número de famílias. A partir desse procedimento metodológico, foi determinado o número de entrevistas a serem realizadas em cada projeto, assim:

Projeto com até 36 famílias 5 entrevistas

Projeto com entre 37 e 70 famílias 10 entrevistas

Projeto com entre 71 e 173 famílias 15 entrevistas

Projeto com mais de 173 famílias 20 entrevistas

A amostra de famílias ficou com a seguinte distribuição por região:

Região	Amostra de Fam.	% da Amostra	% da Região
Norte	141	20	0,3
Nordeste	299	42	1,0
Sudeste	69	10	2,0
Sul	114	16	2,0
Centro-Oeste	97	13	0,5
Total	720	100	1,0

Fixou o Instituto Vox Populi a distribuição das entrevistas nos Estados, nas regiões e segundo a fase de desenvolvimento do Projeto e número de famílias. A Fase Consolidação (Fase 3) e Emancipação (Fase 4) ficaram com 72% e 28% das entrevistas, respectivamente.

A discussão das características dos Projetos de Assentamento, inicia-se informando que a ocupação da área se deu através de invasões, em 35%

das vezes e 13% representam transferências feitas pelo Incra, de grupos de sem-terra acampados em locais considerados inadequados para o assentamento (centros urbanos ou áreas muito próximas destes, e terras onde a desapropriação se mostrou inviável)

As invasões para ocupação da terra são verificadas em todas as regiões do País, sendo registrados casos onde a invasão foi acompanhada de conflitos, às vezes prolongados. Em geral, segundo depoimentos locais, segundo a pesquisa do Instituto Vox Populi, decorreram vários anos, e até mesmo décadas, entre a ocupação e o início do assentamento, por parte do Incra.

Uma parcela de 37% dos Projetos de Assentamento teve origem na regularização de situações diversas, tais como: acordos entre empregados e fazendeiros; morte de fazendeiros sem herdeiros com a reivindicação da terra pelos empregados; antigos colonos e posseiros, cujos ascendentes já moravam no local, e outras situações

Resumindo o tipo de ocupação:

Regularização	37%
Invasão	35%
Transferência	13%
Cadastramento	6%
Doação	2%
Sem Informação	7%
Total	100%

No que diz respeito à distância do Projeto de Assentamento do seu município-sede, a grande maioria visitada localiza-se entre 11 e 50 quilômetros. Essa faixa de distância se evidencia principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste do País. Uma parcela de 23% dos Projetos situa-se a mais de 50 quilômetros do município ao qual está administrativamente ligado. As maiores distâncias foram anotadas em Projetos de Assentamento da região Norte, principalmente, e na região Centro-Oeste. As menores distâncias entre os Projetos e seus municípios, 17%, foram observadas na região Sul.

Distância dos P.A.'s ao Município-sede:

Até 10 km	17%
De 11 a 50 km	60%
Mais de 50 km	23%
Total	100%

No que diz respeito às condições das estradas que dão acesso aos Projetos de Assentamento, cerca de 40% das estradas se encontram em boas con-

dições de tráfego. Em geral, trata-se de estradas de terra, em poucos casos há asfalto, mas não apresentam maiores obstáculos para o acesso ao Projeto.

As melhores condições de estradas foram anotadas nas regiões Sul e Sudeste.

Um percentual de 34% registra a existência de estradas em mau estado de conservação, chegando em alguns casos até a inexistência de estradas; essa situação prevalece na região Norte.

Um total de 24% das estradas são consideradas de situação razoável, ou seja, apresentam algumas dificuldades no deslocamento, com conservação precária, buracos, mas não chegam a impedir o tráfego.

Condições de Acesso aos P.A.'s:	
Boas Condições	42%
Razoáveis condições	24%
Ruins condições	34%
Total	100%

Cerca de 60% dos Projetos de Assentamento contam com algum tipo de transporte regular, do município-sede para o Projeto, ou para municípios vizinhos. Como transporte regular refere o Vox Populi a qualquer forma de locomoção e transporte que seja acessível com frequência definida (uma vez por dia; duas vezes por dia, uma vez por semana). Invariavelmente o transporte é feito mediante pagamento.

Um parcela de 44% dos Projetos de Assentamento não conta com qualquer tipo de veículo de locomoção externa com regularidade definida. Nessa situação, a locomoção é feita em animais (cavalos, burros) ou a pé.

O Instituto Vox Populi considera como perfil físico dos Projetos de Assentamento, no que diz respeito à presença de núcleo urbano; que cerca de metade deles possui um núcleo ou concentração urbana, enquanto a outra metade configura-se sem este tipo de nucleação.

Quando há núcleo urbano, encontram-se, em geral, a igreja ou outras instituições religiosas, a escola, posto de saúde, algum tipo de comércio, além de pequena concentração de casas. A presença de núcleos urbanos não é característica de qualquer das regiões do País, nos Projetos de Assentamento.

Pouco menos da metade dos Projetos de Assentamento possui algum tipo de comércio para o atendimento das necessidades da comunidade. Independentemente da região do País, esse comércio se restringe a bares e/ou pequenas vendas, quase

nunca passando da estrita oferta de artigos de subsistência.

Apenas 12% dos Projetos de Assentamento contam com serviços telefônicos. Em geral, são telefones comunitários, administrados por associações ou cooperativas. O acesso aos serviços dos Correios foi observado em apenas 7% dos Projetos de Assentamento, quase que unicamente na região Sudeste.

Um aspecto que penaliza fortemente os Projetos de Assentamento é a carência no atendimento de saúde. Cerca de metade dos projetos visitados, 54%, não possui qualquer tipo de estrutura de atendimento de saúde. Um total de 61 P.A.'s, dentre os 113 pesquisados, encontra-se desprovido de qualquer estrutura interna de serviços de saúde.

Em um terço dos Projetos, 29%, há postos de saúde implantados, sendo que a forma de funcionamento desses postos, segundo os depoimentos prestados ao Instituto Vox Populi, mostra-se bastante irregular. Há casos em que o atendimento médico é apenas semanal, quinzenal ou, até mensal.

Em 9% dos Projetos de Assentamento registra-se a existência de Postos de Saúde, fechados. Em alguns casos, foi construído o prédio onde funcionaria o posto de saúde da comunidade. Alguns deles já possuem móveis e equipamentos; porém a construção ou está abandonada ou passou a ser usada para outros fins.

Estrutura de atendimento à Saúde:	
Posto de Saúde em funcionamento	29%
Posto de Saúde Fechado	9%
Nenhum posto de Saúde	54%
Outros (*)	8%
Total	100%

(*) Nove Projetos encontraram formas alternativas de atendimento à saúde da comunidade, com a participação dos próprios moradores, através da formação de comissões de saúde. Em geral, trabalham com medicina natural, e/ou medicamentos caseiros.

Para o caso da estrutura de ensino a maioria dos Projetos de Assentamento conta com algum tipo de estabelecimento de ensino: 79% possuem escola de alfabetização até a 4ª série, enquanto 13% oferecem ensino de da 1ª a 8ª séries. Alguns P.A.'s possuem mais de uma escola em funcionamento, havendo predominância de escolas municipais e uma minoria de escolas estaduais.

Em apenas um Projeto de Assentamento, (P.A. Campos Novos, Rio de Janeiro), foi anotada a existência de curso técnico em agropecuária.

O cenário mais comumente encontrado nas escolas dos Projetos de Assentamento é o funcionamento de aulas simultâneas para as várias séries, ministradas pelo mesmo professor. No Norte, Nordeste e Centro-Oeste este modelo chega a ser quase que um padrão.

Em apenas 5% dos Projetos de Assentamento foi registrada a total falta de infra-estrutura escolar.

Estrutura de Ensino:	
Alfabetização até a 4ª série	79%
De 1ª a 8ª série	3%
Educação Informal	3%
Nenhuma Estrutura de Ensino	5%
Total	100%

É importante fazer a anotação das estatísticas do número de alunos/ professores, por região do país, assim:

Região	Nº alunos	Nº Professores
Norte	4.637	161
Nordeste	4.187	132
Centro-Oeste	863	42
Sudeste	1.533	68
Sul	599	46
Total	11.819	449

A exploração individualizada das parcelas é o modelo mais comum encontrado nos Projetos de Assentamento, 60% dos casos. Em 37% dos Projetos foi observada a existência de áreas de exploração comunitária, além dos lotes particulares.

No Anexo Nº 2 "Atividades Econômicas Desenvolvidas" são enumeradas atividades como: casa de farinha, usina de arroz, usina de milho indústria de melão e rapadura, e outras. A enumeração é feita em termos de número, distribuído por regiões. Não é apresentado o volume da produção e de outros indicadores econômicos da produção.

A presença de Instituições nos Projetos de Assentamento é a última informação que consta do Volume I, da pesquisa do Instituto Vox Populi, intitulada "Pesquisa de Opinião Pública e Caracterização Sócio-Econômica em Projetos de Assentamento do Incra no país.

A grande maioria dos P.A.'s possui algum tipo de associação comunitária, sendo as mais comuns as de produtores rurais. Em 41% dos Projetos registra-se a presença de Sindicatos Rurais.

Os Escritórios da Emater foram anotados em municípios-sede de 22% dos Projetos de Assentamento e em 13% dos casos registra-se a proximidade de um Escritório do Incra.

Presença de Instituições	
Associações	79%
Sindicatos	41%
Escritório da EMATER (*)	22%
Escritório do INCRA .(*)	13%
Cooperativas	9%
Outras (**)	8%

(*) No município-se de ou outro município próximo.

(**) Organizações Não-Governamentais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Finalizo o meu discurso que fez a apresentação da pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Agricultura-CNA, ao Instituto Vox Populi, adotando o comentário publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 22 de agosto de 1996 que diz:

"A reação negativa à divulgação dos dados não tem o menor sentido – pelo contrário, se não houvesse real interesse em resolver a situação dos que se consideram injustiçados porque não têm terra, até se deveria aplaudir a iniciativa, pela simples e boa razão de que a pesquisa revela que os governos que foram cedendo às pressões políticas e emocionais para resolver a questão agrária, sem atentar para os aspectos econômicos dela, deram pouca atenção aos que foram assentados. Pouco importa que um terço tenha vendido suas terras a terceiros; importantes são os dados sociais – renda, infra-estrutura, água, esgotos, saúde, educação – aproximá-los dos relativos ao mercado consumidor é fazer juízo realista: deu-se às 171 mil famílias assentadas no Brasil apenas a esperança, não os meios de, com seu trabalho, tornar a terra economicamente produtiva, isto é, capaz de sustentar uma família e permitir que vivessem em condições decentes".

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM SEU DISCURSO:

ANEXOS

ANEXO Nº 01

REGIÃO NORTE

- 1) PA Itaquí (Santarém - PA)
- 2) PA Lagoão (Araguaçu - TO)
- 3) PA Araguaiala (Araguatins - TO)
- 4) PA Baião (Natividade - TO)
- 5) PA Santa Cruz II (Araguatins - TO)
- 6) PA Itapirema (Ji-Paraná - RO)
- 7) PA D'Jaru Varu (Jaru - RO)
- 8) PA Vermelho e Preto (Xinguara - PA)
- 9) PA Colônia Verde Brasileira (Santana do Araguaia - PA)
- 10) PA Castanhal Araras (São João do Araguaia - PA)
- 11) PA Sereno (Marabá - PA)
- 12) PA Jonco - Três Irmãos (Conceição do Araguaia - PA)
- 13) PA Concrein (Paragominas - PA)
- 14) PA Geladinho/Murumuru (Marabá - PA)
- 15) PA Nova Conquista (Vilhena - RO)
- 16) PA Pyrineos (Ji-Paraná - RO)
- 17) PA Petrolina (Senador Guimard - AC)
- 18) PA Extrativista Riozinho (Rio Branco - AC)
- 19) PA Remanso (Rio Branco - AC)
- 20) PA Puraquequara (Manaus - AM)
- 21) PA Vila Amazônia (Parintins - AM)
- 22) PA Jenipapo (Arapoema - TO)
- 23) PA Piquiazal (Mazagão - AP)
- 24) PA Santo Antônio (Porto Nacional - TO)
- 25) PA São Salvador (Porto Nacional - TO)
- 26) PA Fazenda São Pedro (São Valério da Natividade - TO)

REGIÃO NORDESTE

- 1) PA Fazenda Serrote (Caridade - CE)
- 2) PA Lagoa Verde (Canindé - CE)

- 3) PA Alvacan/Goiabeira/ Oriente (Santana do Acarau - CE)
- 4) PA Ipueira da Vaca (Canindé - CE)
- 5) PA Lagoa do Mato (Camocim - CE)
- 6) PA Alto Alegre (Quixadá - CE)
- 7) PA Floresta (Independência - CE)
- 8) PA Várzea da Cruz/Raposa (Santa Quitéria - CE)
- 9) PA Fazenda Tiraçanga e Logradouro (Canindé - CE)
- 10) PA Lagoa dos Quintas (Trairi - CE)
- 11) PA Campart II (Rio Tinto - PB)
- 12) PA Projeto Sítio (Dona Inês - PB)
- 13) PA São Miguel (Santa Cruz de Cabralia - BA)
- 14) PA Karinã (Santa Luzia - MA)
- 15) PA Jitirana (São Mateus do Maranhão - MA)
- 16) PA Brejo/Sítio do Meio (Grajaú - MA)
- 17) PA São João das Neves (Coroatá - MA)
- 18) PA Manguari (Lago Verde - MA)
- 19) PA Citusa/Viamão (Grajaú - MA)
- 20) PA Santa Tereza (Tuntum - MA)
- 21) PA Marajó (João Câmara - RN)
- 22) PA Fazenda Hipólito (Mossoró - RN)
- 23) PA Poço do Angico (Petrolina - PE)
- 24) PA Curimatã (Petrolina - PE)
- 25) PA Pitanga II (Igarassu - PE)
- 26) PA Fazenda Feijão (Pedro Avelino - RN)
- 27) PA Fazenda Desterro (Monte Santo - BA)
- 28) PA Cachá (Marcionílio Sousa - BA)
- 29) PA Califórnia II (Xique-Xique - BA)
- 30) PA Vila Tancredo Neves (Wenceslau Guimarães - BA)
- 31) PA Mucambinho (Santaluz - BA)
- 32) PA Fazenda Guaíra (Prado - BA)
- 33) PA Itacutiara (Barra - BA)
- 34) PA Bom Sucesso (São José do Divino - PI)
- 35) PA Japão (Pão de Açúcar - AL)
- 36) PA Pedra Ima (Água Preta - PE)
- 37) PA Cruz do Pontal (Santa Maria da Boa Vista - PE)
- 38) PA Retiro Saudoso (Gravatá - PE)
- 39) PA Águas Turvas (Santa Rita - PB)
- 40) PA Nova Esperança (Gararu - SE)
- 41) PA Três Cancelas (Japoatá - SE)
- 42) PA Taboca (Itapipoca - CE)
- 43) PA Ilha do Ouro (Porto da Folha - SE)
- 44) PA Ponta do Mel (Areia Branca - RN)

REGIÃO CENTRO-OESTE

- 1) PA Jatobazinho (Água Boa - MT)
- 2) PA Aymoré (Luciara - MT)
- 3) PA Mirassolzinho (Jauru - MT)
- 4) PA Serragem (Nobres - MT)
- 5) PA Ribeirão dos Cocaís (Nossa Senhora do Livramento - MT)
- 6) PA 1500 Alqueires (Pontes e Lacerda - MT)
- 7) PA Rio dos Côcos (Água Boa - MT)
- 8) PA São José do Jatobá (Sete Quedas - MS)
- 9) PA Gleba Eta (Peixoto de Azevedo - MT)
- 10) PA Acaba Vida (Niquelândia - GO)
- 11) PA Barro Amarelo (Abadiânia - GO)
- 12) PA Nova Esperança (Jateí - MS)
- 13) PA Boa Vista (Itapirapuã - GO)
- 14) PA Campo Verde (Terenos - MS)
- 15) PA Monjolino (Anastácio - MS)

REGIÃO SUDESTE

- 1) PA Campos Novos (Cabo Frio - RJ)
- 2) PA Alpina (Teresópolis - RJ)
- 3) PA Moura Costa (Itaguaí - RJ)
- 4) PA Val Formoso (Sete Barras - SP)
- 5) PA Fazenda Pip Nuck (Nova Venécia - ES)
- 6) PA Mimoso (Arinos - MG)
- 7) PA São João do Boqueirão (São Romão - MG)
- 8) PA Aroeira (Guaraçaí - SP)
- 9) PA Bela Vista Chibarro (Araraquara - SP)
- 10) PA Boa Esperança (Varzelândia - MG)

REGIÃO SUL

- 1) PA Serraria (Londrina - PR)
- 2) PA São Francisco (Ribeirão do Pinhal - PR)
- 3) PA Derrubada (Ponte Serrada - SC)
- 4) PA Rio do Norte (Rio dos Cedros - SC)
- 5) PA Ramada (Júlio de Castilhos - RS)

- 6) PA Fazenda Seival (Cruz Alta - RS)
- 7) PA Projeto Rondon III (Bituruna - PR)
- 8) PA Projeto 25 de maio (Itaiópolis - SC)
- 9) PA Projeto 13 de Outubro (Matos Costa - SC)
- 10) PA Volta Grande (Abelardo Luz - SC)
- 11) PA Córrego do Segredo II (Lebon Regis - SC)
- 12) PA Três Capões (Mangueirinha - PR)
- 13) PA Imbauzinho (Ortigueira - PR)
- 14) PA Rio da Areia (Teixeira Soares - PR)
- 15) PA Sávio Dois Vizinhos (Medianeira - PR)
- 16) PA Tracutinga (Dionísio Cerqueira - SC)
- 17) PA Colônia São João Batista (Guarapuava - PR)
- 18) PA Aparecida (Anchieta - SC)

ANEXO Nº 02

ATIVIDADES ECONÔMICAS DESENVOLVIDAS

	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
CASA DE FARINHA	1	10	-	1	-	12
USINA DE ARROZ	16	1	4	3	3	27
USINA DE MILHO	2	3	-	-	-	5
USINA DE CASTANHA	-	1	-	-	-	1
INDÚSTRIA DE MELAÇO E RAPADURA	1	-	-	-	-	1
LATICÍNIO	-	-	1	-	-	1
ABATEDOURO DE AVES E SUÍNOS	-	-	-	-	1	1
MALHARIA/ CONFECCÃO	-	-	-	-	2	2
OFICINA MECÂNICA	-	-	-	1	-	1
SERRARIA	1	-	-	-	1	2
GALPÃO/ ARMAZÉM	2	20	2	4	4	32

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - Nada mais havendo a tratar a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h43min).

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº1075 DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 012.917/96-6,

R E S O L V E exonerar, a pedido, **ROBERTO REIS STEFANELLI** do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Primeira Vice-Presidência, a partir de 30 de agosto de 1996.

Senado Federal, em 04 de setembro de 1996.

Paula Cunha Canto de Miranda, Diretora-Geral, em exercício.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1076 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993 e tendo em vista o que consta do processo nº 012.918/96-2,

RESOLVE nomear FELIPE BARBOSA DE ALENCASTRO, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 04 de setembro de 1996.

Paula Cunha Canto de Miranda, Diretora-Geral, em exercício.

MESA**Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Tectônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Emandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Ney Suassuna - PMDB - PB

Emília Fernandes - PTB - RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores - Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinöbng - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Glívam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Eptácio Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA**

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *1

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDÁ	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE +1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPCÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPPLY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCÝ RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado **PAULO BORNHAUSEN**
Vice-Presidente: Senador **CASILDO MALDANER**
Secretário-Geral: Senador **LÚDIO COELHO**
Secretário-Geral Adjunto: Deputado **ROGÉRIO SILVA**

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Mariuce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
peridião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²
PP
PT

Benedita da Silva
 Eduardo Suplicy
 Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rosseto		Luiz Mainardi

¹ Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95.

² Filiado ao PSDB em 22-6-95.

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

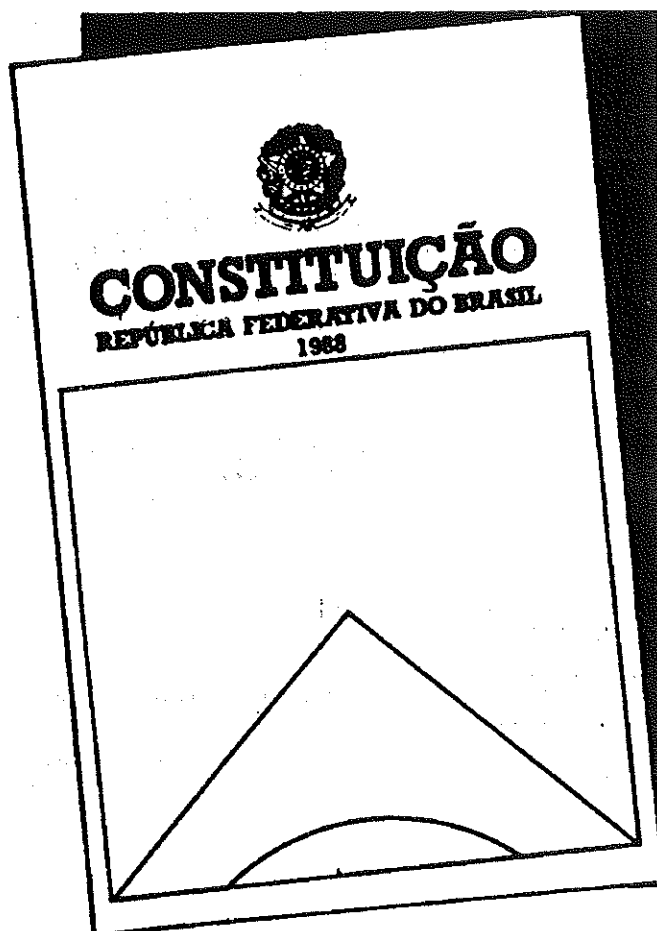
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD-ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT - Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I - Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II - Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS